



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de Sociologia

**Apito Invisível: O tratamento jornalístico dado ao Vídeoárbitro
pelos jornais desportivos em Portugal**

Tomás António Mendonça Machado Cardoso Cascão

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

**Doutor Marcelo Adrian Moriconi Bezerra – Investigador e Professor Auxiliar Convidado
Centro de Estudos Internacionais, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**

Coorientadora:

**Mestre Ana Isabel Pinto Martinho – Investigadora Assistente
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa**

Outubro, 2019

Agradecimentos

Não sendo propriamente fã de agradecimentos públicos, não poderia deixar passar a oportunidade de dedicar algumas palavras de apreço a todos aqueles que fizeram parte do meu percurso acadêmico, especialmente nos últimos dois anos.

Primeiramente, agradecer à minha família, especialmente à minha mãe e aos meus tios, toda a ajuda prestada para que esta etapa fosse possível. É para eles que vão as minhas primeiras palavras.

Aos meus orientadores, deixar uma palavra de grande gratidão por me terem orientado de forma absolutamente irrepreensível. Estiveram sempre disponíveis para ouvir as minhas dúvidas e sempre prontos para me ajudar em tudo o que fosse preciso. Um obrigado a ambos!

À minha namorada e aos meus amigos deixar também uma palavra de carinho e apreço por terem sido presença constante e motivadora, especialmente nos momentos mais difíceis.

Por fim, deixar uma palavra de eterno e profundo reconhecimento a duas pessoas que, mesmo já não estando presentes fisicamente, desempenharam um papel determinante na minha formação pessoal e acadêmica: a minha avó e a minha bisá.

Resumo

O jornalismo desportivo em Portugal é, nos dias de hoje, indissociável do fenómeno futebolístico. Juntamente com as primeiras crónicas de jogo, surgiram também as primeiras análises aos desempenhos das equipas de arbitragem. Ao longo das últimas três décadas, a classe de árbitros em Portugal tem estado constantemente envolta em polémica, sendo frequentes as críticas à sua qualidade e idoneidade. A implementação do vídeoárbitro foi a solução encontrada para fazer face à descredibilização deste setor. A presente dissertação visa compreender de que forma o VAR foi (re)tratado pela imprensa escrita desportiva em Portugal, durante a época 2017/18. Para tal, e com o objetivo de compreender o tratamento jornalístico dado a esta ferramenta, procedeu-se a uma análise de conteúdo aos três principais jornais desportivos portugueses: *Record*, *A Bola* e *O Jogo*. Esta investigação concluiu que, apesar do VAR ter aumentado o índice de acerto dos árbitros no campeonato português, o número de peças negativas supera o número de peças positivas.

Palavras-chave: Jornalismo desportivo, imprensa escrita desportiva, Vídeoárbitro (VAR), análise de conteúdo.

Abstract

Nowadays, sports journalism in Portugal is inseparable from the phenomenon of football. Along with the first game columns, the first referee performance analysis also emerged. Over the past three decades, the Portuguese referee class has been constantly shrouded in controversy, with frequent criticism of its quality and aptness. The implementation of the Video Assistant Referee was the solution found to address the discrediting of this division. This dissertation aims to understand how *VAR* was portrayed by sports journalism in Portugal, during the 2017/2018 season. To this end, and in order to understand the journalistic approach given to this tool, a content analysis of the three main Portuguese sports newspapers – *Record*, *A Bola* and *O Jogo* – was carried out. This investigation concluded that despite *VAR* having increased the referee's success ratio in the portuguese championship, the number of negative articles outweighs the positive ones.

Keywords: Sports journalism, sports written press, Video Assistant Referee (*VAR*), content analysis.

Índice

Introdução	1
I. Revisão de Literatura	3
1.1 Jornalismo Especializado	3
1.1.1 Jornalismo Desportivo	4
1.2 Imprensa Escrita Desportiva	5
1.2.1 A Bola	9
1.2.2 Record	10
1.2.3 O Jogo	11
1.3 O que é o VAR?	12
1.3.1 Época 2017/18	13
II. Opção Metodológica	15
2.1 Pontapé de Saída	15
2.2 Técnicas e instrumentos de análise	15
2.2.1 Análise de conteúdo	15
III. Análise e discussão de resultados	25
3.1 Sentido das peças	25
3.2 Sentido dos títulos	31
Considerações finais	36
Bibliografia	38

Índice de quadros

Quadro 3.1 – Peças analisadas	26
Quadro 3.2 - Géneros jornalísticos	27
Quadro 3.3 – Artigos de opinião	29
Quadro 3.4 – Natureza dos títulos	31
Quadro 3.5 – Palavra(s)-chave	33
Quadro 3.6 – Notícias em páginas ímpares	34
Quadro 3.7 – Dimensão das peças	34
Quadro 3.8 – Acompanhamento visual	35

Glossário de siglas

APCT – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação

FPF – Federação Portuguesa de Futebol

IFAB - International Football Association Board

VAR – Vídeoárbitro

INTRODUÇÃO

O futebol é, há várias décadas, a atividade desportiva que ocupa a maioria das páginas dos jornais desportivos em Portugal (Lata, 2017: 13). Não obstante, somente meio século após as primeiras publicações de índole desportiva é que o futebol ganhou um lugar de destaque nas páginas dos principais jornais desportivos. Tal como assinala Pinheiro (2011), foi já na segunda metade da década de 1930 que o futebol se afirmou definitivamente como a modalidade desportiva mais influente em Portugal, sendo exemplo disso mesmo o número cada vez maior de páginas relacionadas com o “desporto-rei”. A evolução e expansão do futebol teve repercussões nos jornais desportivos, que sentiram a necessidade de procurar novas formas de atrair e cativar novos leitores. Deste modo, de acordo com o autor supracitado, a arbitragem começou a ser tema recorrente nas páginas dos jornais, sendo os desempenhos dos árbitros alvo de um forte escrutínio. Tratando-se de um meio de comunicação de massas, a imprensa goza de um forte alcance mediático, chegando rapidamente a um grande número de leitores. Desta feita, paulatinamente, as opiniões sobre as exibições da equipa de arbitragem passaram a ser um dos principais pontos de interesse do leitor.

As críticas aos árbitros foram uma constante durante os últimos trinta anos, sendo que o escândalo de corrupção “Apito Dourado” foi um dos principais catalisadores para o sentimento de desconfiança que ainda hoje existe relativamente aos árbitros portugueses. Com o acumular de erros de arbitragem, a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) em conjunto com a Liga de Clubes, decidiu que, de forma a proteger a imagem dos árbitros, a implementação do VAR (vídeoárbitro) era inevitável. Esta foi uma das mais significativas inovações no futebol moderno, tendo a sua incorporação revolucionado por completo o mundo do futebol, quer na ótica do espetador, quer na ótica dos próprios intervenientes – árbitros, jogadores e dirigentes. Tal como assinalam Sobral & Magalhães (1999: 8), «o desporto, nomeadamente o “rei”, deixou de ser limitado por quatro linhas. A televisão, digitalizando-se, não mostra apenas o jogo, desconstrói os lances, com todas as suas consequências técnicas e sociais». Vinte anos volvidos, esta afirmação volta a ser atual. A televisão passou a ser um elemento ativo e fundamental no desenrolar do próprio jogo. Nesse sentido, e tratando-se de um acontecimento extremamente recente, a realização da presente dissertação obedeceu a duas motivações: aprofundar o conhecimento da história da imprensa desportiva e compreender de que forma o vídeoárbitro foi retratado pela imprensa desportiva portuguesa. Este último ponto foi o mote para a definição

da pergunta que guiará toda esta investigação: « Como é retratado o VAR pela imprensa escrita desportiva em Portugal? »

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco partes. Inicialmente, a introdução oferece uma breve contextualização da temática desta investigação. O primeiro capítulo diz respeito à revisão de literatura. Este encontra-se dividido em duas secções: num primeiro momento, procurou-se definir e explicar as etapas percorridas pela imprensa desportiva, com particular ênfase na imprensa portuguesa. Foi também neste momento que foi realizada uma abordagem histórico-social mais pormenorizada aos três jornais indicados para este estudo. Num segundo momento procurou-se explicar com algum detalhe o que é o vídeoárbitro, quais as nuances associadas a esta ferramenta e o que determina o protocolo em relação ao seu campo de intervenção. Adicionalmente foi também apresentado um estudo relativo à primeira época (2017/18) de utilização desta ferramenta.

O segundo capítulo incide sobre a opção metodológica adotada e nele são explicitadas quais as técnicas de recolha de dados utilizadas, as várias etapas realizadas e as linhas orientadoras dos processos de codificação e categorização do material em estudo.

O terceiro capítulo está reservado para a apresentação e discussão dos resultados. Neste serão divulgadas e debatidas as conclusões relativas ao tratamento jornalístico dado ao VAR. Por fim, espaço para tecer algumas considerações finais sobre os resultados obtidos e também para dar conta de planos futuros de investigação nesta área.

I - REVISÃO DE LITERATURA

1.1 JORNALISMO ESPECIALIZADO

Representando mais uma etapa no processo evolutivo do *jornalismo* enquanto «atividade intelectual [...] e criativa» (Bourdieu, 1997, *apud* Traquina 2005, p. 22), o jornalismo especializado surge como consequência da «necessidade de o jornalismo se manter atualizado [...] e encontra resposta em finais do século XX na especialização dos conteúdos [...] e na procura de audiências específicas» (Fontcuberta, 2010: 39-49). Perante uma sociedade cada vez mais diversificada, a atividade jornalística necessitou de se adaptar de forma a poder dar resposta aos interesses cada vez mais díspares dos consumidores. Como afirma Quesada (1998: 26), «a atual heterogeneidade de atividades sociais [...] fazem com que o consumidor procure informações mais completas e precisas relativas aos seus núcleos de interesse». Ideia que é partilhada por Conde (2005), que é citado por Tavares (2009: 117) ao assinalar que «a especialização jornalística surge, em grande medida, das exigências da audiência [...] por conteúdos específicos – de acordo com os seus interesses – e que estes sejam explorados de forma rigorosa e aprofundada». Este tipo de jornalismo possibilita a segmentação de um determinado tipo de conteúdo para um grupo específico e caracteriza-se por uma abordagem mais pormenorizada e direcionada para uma temática em específico. Leão (2000), que é citada por Neves (2016) descreve o jornalismo especializado como uma

etapa de evolução da história do jornalismo em que os profissionais se dedicam a temas específicos de cobertura noticiosa. Esta forma de jornalismo sucede ao modelo generalista em que o jornalista escrevia para as várias secções do seu órgão de comunicação social. [A] especialização é um fenómeno que ainda decorre e que se acentua à medida que os próprios meios de comunicação se tornam temáticos e as audiências se segmentam em nichos (Neves, 2016: 25).

Tal como escreve Abiahy (2005: 5), «a lógica de informar o que o público precisa saber [...] vem sendo substituída pela lógica de informar o que o público quer saber», o que indicia uma mudança de estratégia de forma a manter vivo o interesse pelo próprio jornalismo. As alterações implementadas têm em vista satisfazer os desejos e as necessidades do seu público-alvo. Em suma, os autores supracitados são unânimes em considerar que este tipo de jornalismo deve a sua origem às exigências cada vez mais específicas dos consumidores em relação a assuntos da sua esfera de interesse.

1.1.1 JORNALISMO DESPORTIVO

«Se existe domínio onde os jornalistas têm de jogar na ofensiva para garantir a subida e a permanência na divisão principal ele é o desportivo»

(Fernando Cascais, *Introdução ao jornalismo desportivo*, 1999).

Outrora visto como um jornalismo de segunda linha, «o jornalismo desportivo era aceite, no máximo como de segunda divisão [...] mesmo praticando o jornalismo de maior audiência em Portugal». A frase é da autoria de Fernando Cascais, responsável pela elaboração do prefácio do livro *Introdução ao jornalismo desportivo*, escrito por Luís Sobral e Pedro Magalhães (1999) e ajuda a compreender que, apesar de estarmos perante a especialização jornalística que mais vendia na época, a sua consolidação foi extremamente difícil. Os preconceitos e estigmas relativos ao jornalismo (e ao jornalista) desportivo sempre estiveram muito presentes, sendo, durante muitas décadas, frequentemente associado a um passatempo, não sendo reconhecido como uma profissão. Sobre essa questão, Traquina (2005: 106) afirma que «se é compreensível ouvir uma resposta negativa categórica em meados ou mesmo no fim do século XIX, quem defende a mesma posição no fim do século XX [...] desconhece a história».

Ultrapassadas as diversas dificuldades, o jornalismo desportivo, afirmou-se, paulatinamente, como um dos grandes focos de audiência. O desporto tem vindo a reforçar a sua posição na secção desportiva dos jornais generalistas, sendo de constatar o número cada vez maior de páginas que lhe são dedicadas, cenário que comprova as profundas mudanças que se sucederam nas últimas décadas. Boyle (2006: 2-3) dá o exemplo de Inglaterra, com o *The Times* e o *The Daily Telegraph* a «cederem até um terço do espaço editorial para dar cobertura ao desporto», situação que evidencia que a especialização na vertente desportiva é uma área em constante expansão, fruto do interesse que gera na sociedade.

Ao contrário do que acontece com outros campos de especialização (como a política, a saúde ou a economia), o jornalismo desportivo é rico em idiosincrasias. Não raras vezes, o rigor jornalístico é suplantado pelo fator emocional. Tal como assinala Neves (2016),

em Portugal, a paixão pelo desporto, sobretudo pelo futebol, herdada de geração em geração, torna o desporto popular e objeto de tratamento jornalístico diferenciado. A seleção nacional de futebol é o melhor exemplo disso. Em dia de jogo, os jornalistas vestem a camisola (literalmente) e apoiam deliberadamente a seleção de Portugal [...] pivôs de telejornais com cachecóis de apoio à seleção nacional ao pescoço, jornalistas em locais de festa a fazer diretos emocionados (Neves, 2016: 26-27).

1.2 IMPRENSA ESCRITA DESPORTIVA

Ao longo das próximas páginas será realizada uma contextualização histórico-social à temática que está na base desta investigação: a imprensa escrita desportiva. Como tal, serão identificadas, abordadas e explicitadas as várias etapas percorridas desde o seu surgimento até aos dias de hoje. Para isso, a obra *História da Imprensa Desportiva em Portugal*, da autoria de Francisco Pinheiro, revelou-se imprescindível. Esta extensa e pormenorizada obra desempenhou um papel de fio condutor na abordagem e construção deste capítulo, proporcionando uma análise mais completa e abrangente aos primórdios do jornalismo desportivo na Europa e, mais concretamente, em Portugal.

As primeiras manifestações

A inclusão e consolidação do jornalismo desportivo no mercado jornalístico foi um processo tardio, instável e bastante moroso. Uma das razões que ajuda a compreender este fenómeno reside na falta de interesse que o desporto gerava nas sociedades, facto que desencorajava qualquer tentativa de implementação de um jornal desportivo. Consequentemente, as primeiras notícias de teor desportivo apareceram – timidamente - em publicações generalistas. Com o passar dos anos, o desporto foi, gradualmente, ganhando cada vez mais adeptos, possibilitando assim a criação de publicações de índole desportiva.

As primeiras décadas da segunda metade do século XIX assinalam um marco indelével na história da imprensa escrita desportiva. É neste período que se dá o aparecimento das primeiras publicações exclusivamente desportivas. França, Inglaterra e Espanha foram os países que abriram caminho a este tipo de jornalismo. Apesar de já existirem publicações com secções orientadas para o desporto – essencialmente em jornais generalistas -, foi em 1852, na cidade de Londres que surgiu o primeiro periódico (lançado diariamente) verdadeiramente desportivo, o *Sportman*. Dois anos mais tarde, assistiu-se à criação do *Le Sport* que, com sede em Paris, tornava-se assim no primeiro jornal desportivo francês. A capital francesa foi a principal impulsionadora da imprensa desportiva, tendo sido responsável pelo aparecimento de outras duas publicações: o *Le Moniteur de la Gymnastique* (1868) e o *Le Vélocipède Illustré* (1869). Seguindo esta tendência, também em Espanha foram surgindo várias publicações, sendo de destacar o madrilenho *La Caza* (1865) - o primeiro jornal desportivo espanhol - e o *El Colombarie* (1866), semanário que se dedicava a assuntos relativos à pesca e à caça. Desportos como a ginástica, a velocipedia e a caça foram os eleitos para os primeiros tempos de atividade.

O fenómeno em Portugal

Uma década depois, em 1875, surge em Portugal o primeiro periódico desportivo, o *Jornal dos Caçadores*. Com sede em Lisboa e liderado por Zacharias d'Aça, este era «um jornal escrito por nobres e burgueses dirigido à elite portuguesa, já que [...] na ausência de uma prática desportiva regular e diversificada [...] só ela tinha tempo e dinheiro para se dedicar à caça» (Pinheiro, 2011: 23). Apesar de se tratar de um jornal histórico e emblemático, a verdade é que não resistiu durante muito tempo: apenas seis publicações, situação que resultou no seu encerramento em junho do mesmo ano. No ano seguinte, foi lançado *O Toureiro*. Também com sede na capital portuguesa, este – tal como o nome indica – era um periódico que abordava a atualidade do mundo tauromáquico. Ao contrário do seu antecessor, este periódico pode gabar-se de ter tido melhor sorte: vinte e seis anos de existência que se traduziram em oitenta e oito edições. Em 1883 surgiu, no Porto «uma nova publicação de especialidade desportiva, o quinzenário *A Caça*» (Pinheiro, 2011: 25). Ao contrário do seu homólogo lisboeta, este não tinha um público-alvo pré-estabelecido, sendo um dos aspetos mais diferenciadores o espírito crítico que o caracterizava. Tal como a caça, também a tauromaquia era uma tradição há muito enraizada na cultura portuguesa e, como tal, acaba por ser natural que os primeiros periódicos portugueses estivessem mais direcionados para estas duas atividades.

Ao longo das últimas duas décadas do século XIX, foi o ciclismo que, progressivamente, foi ganhando maior protagonismo um pouco por toda a Europa. Portugal não foi exceção, tendo-se assistido à criação de diversas publicações especializadas na velocipedia. A norte do país, mais concretamente na cidade do Porto, destaca-se *O Velocipedista* (1893) e o *Boletim do Photo-Velo-Club* (1899). Mais a sul, *A Bycicleta* (1895) e *O Velo-Sport* (1896), com sede em Lisboa, foram duas das mais importantes publicações da época. *O Velocipedista*, descrito como uma «revista quinzenal de oito páginas [...] dedicada exclusivamente à modalidade de velocipedia» (Martins, 2008: 27-28), tratou-se de uma das mais icónicas publicações desportivas portuguesas do século XIX. A inclusão de conteúdos relativos a diversos desportos, que não se limitavam à caça e/ou tauromaquia, foi uma novidade que veio transformar os parâmetros, até então, instituídos. Apesar da sua efemeridade – apenas dois anos e meio de atividade, que culminaram em 68 edições - *O Velocipedista* desempenhou um papel preponderante para a afirmação e estabilização da imprensa escrita desportiva em Portugal. A procura pela diversificação de conteúdos levou a uma reformulação da linha editorial do jornal, tendo este alargado a sua esfera noticiosa, passando a incluir notícias relacionadas com outros desportos. Pouco tempo depois surgiu um novo rival, *O Sport*. Esta publicação veio introduzir

profundas alterações nos padrões do jornalismo desportivo. As principais mudanças que foram implementadas sucederam-se a nível estrutural: ao contrário dos seus predecessores, na génese d' *O Sport* sempre esteve presente a ideia de um periódico multifacetado, cuja principal valência fosse a ampla cobertura desportiva, sendo exemplo disso mesmo as ilustrações que figuravam no cabeçalho da primeira página do jornal. Nele estavam presentes vários desportos, como o futebol, o ténis, o hipismo ou o remo, o que evidenciava o desígnio do jornal. Até ao final do século, outras publicações surgiram, sendo a todas elas transversal o curto período de atividade.

Os primórdios do jornalismo desportivo em Portugal ficam, inevitavelmente, associados a dois polos: Lisboa e Porto. Como assinala Pinheiro (2011: 36-37), «entre 1894 e 1900 surgiram em Portugal vinte e três publicações desportivas [...] dezanove tiveram origem em Lisboa e [...] três no Porto», sendo só *O Toureiro*, oriundo da Ilha Terceira, a exceção. Estes números demonstram que o jornalismo desportivo em Portugal orbitava quase exclusivamente em torno destes dois centros urbanos, ainda que com maior ênfase na capital. Tendência que se mantém até aos dias de hoje, com os três principais jornais desportivos portugueses a terem os seus escritórios localizados em Lisboa e no Porto.

Os primeiros anos da primeira década do século XX ficam marcados pela cobertura dada pelos jornais desportivos a um novo desporto: o automobilismo. Com os primeiros passos a serem dados em França, através das publicações *La Locomotion* (1901) e *La Vie Automobile* (1903), esta tendência rapidamente chegou a Portugal, tendo sido criadas várias publicações orientadas para o desporto automóvel. *O Sport* (1902) e o *Portugal Chauffeur* (1903) foram os principais representantes portugueses desta atividade. No entanto, tal como se sucedeu com a grande maioria das publicações criadas até à data, ambos os periódicos tiveram uma duração efémera, inferior a dois anos. Os anos seguintes ficam marcados pelo período de seca que assombrou a imprensa desportiva em Portugal. Foi um período especialmente dramático para o desporto em Portugal, assistindo-se a um ambiente de grande incerteza e instabilidade, que resultou no quase desaparecimento das publicações de índole desportiva.

A Instauração da República foi encarada como uma oportunidade de operar uma reforma na, cada vez mais decadente, imprensa desportiva. No período respeitante à Primeira República, surgiram em Portugal «seis novas publicações, entre as quais se destaca o *Sporting*, que esteve ativo cerca de trinta anos» (Martins, 2008: 28). É já na segunda década do século XX que surge o primeiro diário desportivo português, o *Diário de Sport*, cujo primeiro número remonta a 22 de maio de 1924. Aproveitando o frenesim resultante da aproximação dos Jogos Olímpicos de Paris e também da fase decisiva de algumas das mais importantes provas futebolísticas no panorama nacional, Oliveira Valença e Salazar Carreira – jornalistas e figuras

incontornáveis do desporto nacional - avançam para um ambicioso projeto que contemplava a publicação diária (inclusive aos fins-de-semana) de duas edições: uma no Porto e outra em Lisboa. Apesar das várias vozes críticas que antecipavam o fracasso imediato, o jornal conseguiu subsistir durante mais de dois meses, publicando sessenta e três edições. O seu fim ficou a dever-se a questões de natureza financeira que tiveram origem no pouco interesse demonstrado pelo público. O ano de 1924 foi um ano duplamente histórico para o jornalismo português: juntamente com o lançamento do primeiro jornal diário exclusivamente desportivo, foram também criadas vinte e cinco novas publicações desportivas, o que constitui um recorde. Para efeitos de comparação, entre 1894 e 1905 surgiram trinta e dois novos jornais desportivos em Portugal, um número bem abaixo do que até então era comum, mas que é revelador do estado de decadência que o jornalismo desportivo atingiu.

Pinheiro (2011: 243) descreve a década de 1930 como um período de mudança e estabilização da imprensa desportiva portuguesa, tendo sido implementadas profundas transformações na conceção e estruturação dos próprios periódicos. Esta década fica marcada pelo início da luta pela «nacionalização da linguagem desportiva», terminando com «a prostituição da língua portuguesa» (Pinheiro, 2011: 265) causada pelo uso de estrangeirismos. Paralelamente, a segunda metade desta década fica marcada pela consolidação de quatro publicações desportivas: *Os Sports* e a revista *Stadium*, em Lisboa e *O Norte Desportivo* e a revista *Sporting*, no Porto. Para além destas, existiam também outros jornais com secções dedicadas ao desporto – Diário de Notícias e Jornal de Notícias - situação que provocou um acentuado decréscimo no número de novas publicações, resultado da grande cobertura que já era dedicada ao desporto em Portugal. Apesar de viver uma época de grande prosperidade, a imprensa desportiva portuguesa sofreu as consequências provocadas pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. Os primeiros anos da década de 1940 foram tempos de crise para o mercado jornalístico. Os elevados «custos dos materiais de impressão e do papel» (Pinheiro, 2011: 255), levaram a que várias publicações tivessem sido forçadas a fazer alterações a nível gráfico e editorial de forma a poderem continuar em atividade. Não obstante, algumas publicações acabaram mesmo por suspender funções por falta de condições. Esta foi a realidade encontrada pelos periódicos que atravessaram e sobreviveram ao período de guerra.

As décadas de 1930 e 1940 foram de grande importância para o que é hoje o jornalismo desportivo em Portugal. A crescente importância dada ao futebol, contribuiu de forma decisiva para a criação de dois jornais: *A Bola* e o *Record*. A extinção de *O Norte Desportivo*, em 1983, abriu caminho à criação de um novo jornal: *O Jogo*. Este viria a completar o lote dos “três grandes” jornais desportivos em Portugal, situação que se mantém até aos dias de hoje.

1.2.1 A BOLA

Fundado a 29 janeiro de 1945 por Cândido de Oliveira, Ribeiro dos Reis e Vicente de Melo, *A Bola* foi o jornal desportivo português que mais vendeu nas últimas décadas. Nos primeiros trinta anos de existência, o jornal gozou de uma hegemonia inigualável em Portugal, que se justifica por não existir qualquer concorrente à altura. Por um lado, os jornais da época não tinham uma estrutura suficientemente capaz que pudesse acompanhar e rivalizar com aquela existente n' *A Bola*. Por outro lado, o profissionalismo e inovação deste jornal, era uma forma de manter e de cativar novos leitores. Desta feita, o jornal teve um impacto imediato, sendo exemplo desse estrondoso sucesso, a suspensão definitiva do jornal *Os Sports* – que se encontrava em funções desde 1919 - somente três meses após a primeira publicação d' *A Bola*.

O início da década de oitenta, trouxe uma novidade para o jornal: a perda de hegemonia no mercado dos desportivos. A diferença foi abismal, tendo passado de uma quota de mercado de 77% para apenas 41%, num espaço temporal de dez anos. Para Murta (1997: 19), «a entrada de dois outros jornais não esgota a explicação do fenómeno e, porventura, nem sequer a domina». O comodismo que se foi instalando é uma das justificações avançadas pelo autor. Estes dados permitem concluir que, apesar de nos dias de hoje o *Record* - fundado quatro anos depois – ser o seu grande adversário, a verdade é que só perto do fim do século XX foi capaz de rivalizar com o número de vendas do jornal *A Bola*.

Tal como acontece com a grande maioria dos títulos desportivos, originalmente não se tratava de uma publicação diária. Inicialmente surgiu como bissemanário, sendo lançado todas as segundas e sextas-feiras. Fruto do enorme interesse que foi suscitando nos leitores, a 10 de julho de 1950, o jornal passou a ser trissemanário, sendo que o terceiro dia de publicação passou a ser aos sábados. Quase quarenta anos depois, em março de 1989, o jornal passou a publicar também aos domingos, sendo que esta fórmula se manteve durante seis anos. Em fevereiro de 1995, o jornal passou pela maior transformação da sua história: a passagem a diário. Esta transformação foi também acompanhada por um novo formato, o tablóide, substituindo o formato standard, mais conhecido como *broadsheet*. Em janeiro de 2000, o jornal passou a estar disponível para consulta *online*, através do *website*: <http://www.abola.pt>.

Embora ainda persista a ideia de que este continua a ser o jornal desportivo mais vendido em Portugal, a partir do momento em que a direção do jornal tomou a decisão de deixar de ser auditada pela Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), não é possível afirmar factualmente que *A Bola* se mantém líder no mercado dos jornais desportivos.

1.2.2 RECORD

O *Record* deve a sua fundação a Manuel Dias, um vendedor de jornais e antigo atleta olímpico. Com os quarenta contos (duzentos euros) ganhos na Lotaria Nacional, «teve a ideia de fundar um jornal desportivo e foi ele quem financiou em grande parte a operação para a qual arrastou um jornalista de *A Bola* - José Monteiro Poças, e um professor de Educação Física muito ligado ao desporto – e em particular ao atletismo - Fernando Ferreira»¹. Sem certezas quanto ao nome a adotar, Manuel Dias decidiu ir até «ao Rossio e começar a apregoar os dois nomes [*Record e Meta*], simulando uma venda de jornais. *Record* foi o mais procurado» (Pinheiro, 2011: 277), ficando assim decidido o nome do jornal.

Inicialmente um semanário publicado aos sábados, o *Record* lançou a sua primeira edição a 26 de novembro de 1949 e, de forma a destacar-se, procurou desde logo dar notoriedade às modalidades desportivas, não se focando somente no futebol. Mais tarde, passou a bissemanário sendo lançado todas as terças e sábados. Em fevereiro de 1972 tornou-se trissemanário, sendo lançado às quartas, quintas e sábados. Como trissemanário foi sofrendo várias mudanças nos dias de publicação, tendo-se fixado definitivamente às terças, sextas e domingos. Murta (1997: 20) afirma que uma das estratégias adotadas pelo jornal, foi a elaboração de «grandes manchetes, [que divulgavam] os grandes (e pequenos) “casos” do futebol com a maior rapidez e impacto possível: um estilo popular, que os críticos apelidam de sensacionalista, mas do qual todos os concorrentes se aproximaram». Em março de 1995, o jornal passou definitivamente a ser produzido diariamente, o que se revelou uma mudança acertada. No ano seguinte, o jornal aumentou significativamente as suas vendas, contando com «uma circulação total paga por edição de 101 864» (Pinheiro, 2011: 420), só atrás dos 110 mil que o jornal *A Bola*, afirmava, de forma oficiosa, ter.

Em abril de 1999, é lançada a plataforma *online* (www.record.pt), tendo em agosto de 2015, superado as 30 milhões de visitas. De acordo com os dados mais recentes da APCT, relativos ao ano de 2018, o jornal vendeu, diariamente, em média, 29 099 jornais², o que lhe permitiu manter o quarto posto no *ranking* dos jornais mais lidos em Portugal.

¹ https://www.record.pt/historia-record/detalhe/20151221_1438_record--a-historia?ref=História%20Record_DestaquesPrincipais, consultado em 30 de setembro 2018

² <https://www.cmjornal.pt/cm-ao-minuto/detalhe/cm-conquista-quota-historica-de-624>, consultado em 27 de março 2019

1.2.3 O JOGO

Fundado por Serafim Ferreira no dia 22 de fevereiro de 1985 e sob a promessa de «jamais entrar nos terrenos movediços da fácil especulação, na intriga, no contribuir [...] para tornar mais nebuloso o panorama do futebol português» (Pinheiro 2011: 394), *O Jogo* foi o último dos “três grandes” jornais desportivos a consolidar-se no mercado. A sua criação ficou a dever-se, essencialmente, a dois fatores:

- a) A década de 1980 ter sido de grande fulgor desportivo para o Futebol Clube do Porto, dando assim o mote para a fundação de um jornal sediado no Norte do país;
- b) «o desaparecimento do *Norte Desportivo* deixou esse mesmo Norte [...] sem um jornal desportivo» (Murta, 1997: 22).

Ao contrário dos seus concorrentes diretos, o *O Jogo* distingue-se por ser o único jornal que, desde o dia da sua fundação, sempre adotou uma periodicidade diária. Esta característica única do jornal, deixou de ser uma realidade nos primeiros anos da década de 1990, quando o diário deu lugar a um trissemanário, sendo publicado às segundas, às terças-feiras e aos sábados. Em 1994, a Jornalinveste – Comunicação, S.A (empresa subsidiária da Controlinveste) adquiriu o jornal, tendo investido uma quantia em redor dos 1,5 milhões de euros com o intuito de projetar o jornal para um patamar superior. O efeito foi imediato, tendo as vendas subido de «15 910 para 32 832 exemplares» (Pinheiro, 2011: 412). Em função deste crescimento, a direção do jornal optou por alargar a sua periodicidade, tendo começado a ser publicado diariamente, de segunda a sexta-feira. Menos de um ano depois, em 1995, o jornal volta às suas origens, passando a estar disponível também aos fins de semana, situação que se mantém até hoje. Destaca-se também por ser o único jornal que, sempre que se justifica, realiza duas edições distintas, uma para o Norte e outra para o Sul.

Tal como acontece com a esmagadora maioria dos jornais (desportivos) em Portugal, também *O Jogo* vende cada vez menos jornais. De acordo com os dados mais recentes da APCT, relativos ao ano de 2018, *O Jogo* ocupa a décima posição dos jornais mais vendidos em Portugal, registando, diariamente, a venda de 11 300 exemplares, números bem distintivos daqueles registados em 1996, um dos anos mais profícuos da imprensa escrita desportiva em Portugal. Com tiragens na ordem dos 80 mil, o jornal apresentava uma «circulação total por edição de 34 456 exemplares» (Pinheiro, 2011: 420), registos impensáveis nos dias de hoje.

1.3 O QUE É O VAR?

«O Vídeoárbitro não é apenas um projeto pioneiro. É a resposta»

(Duarte Gomes, *Kickoff*, 2017).

Aprovado pela *International Football Association Board* (IFAB) – órgão responsável pela criação e desenvolvimento das regras de jogo – numa reunião que teve lugar em junho de 2016, o vídeoárbitro, também conhecido como VAR (originalmente *Video Assistant Referee*) trata-se de um sistema de comunicação entre o árbitro de campo e os vídeoárbitros (VARs) que estão encarregues de analisar as imagens em direto. Em Portugal, a época de 2017/18 foi a época de estreia desta ferramenta. O VAR está «instalado numa ‘régie’ (sala de 35 metros, com vários ecrãs, cada um deles com imagens em direto e em bruto de cada uma das câmaras que serão utilizadas na transmissão televisiva do encontro) e permite aceder a todos os ângulos de câmara disponíveis no estádio».³ Numa fase inicial da competição, e até por se tratar de uma tecnologia ainda muito incipiente, decidiu-se que era necessária a presença de uma carrinha no exterior do estádio, estando o vídeoárbitro presente nessa mesma carrinha. O objetivo era o de estar o mais próximo possível, de forma a que, em caso de alguma falha de comunicação, fosse possível contactar rapidamente com o árbitro principal. Com o decorrer da competição, a Cidade do Futebol, localizada em Oeiras, tornou-se o centro tecnológico de apoio a todos os jogos, deixando de ser necessário o centro móvel (carrinha).

Quanto à sua utilização, existe um protocolo muito claro em relação ao seu campo de intervenção: o vídeoárbitro só poderá ser utilizado em quatro situações de jogo: validação de golos, marcação de penáltis, cartões vermelhos diretos e identidades trocadas. Em caso de golo, o VAR deve verificar se houve alguma irregularidade na jogada que originou o golo. Em caso de penáلتi, o VAR deve confirmar a grande penalidade. Caso se verifique a existência de um lance duvidoso, o árbitro de campo pode (e deve) pedir a análise da jogada ao VAR. Caso o próprio VAR tenha dúvidas, o árbitro pode, ele mesmo, deslocar-se até ao ecrã que está localizado junto ao relvado e decidir por si. A terceira situação de jogo em que o VAR pode interferir, prende-se com as expulsões. Neste caso, e recorrendo sempre às imagens televisivas ao seu dispor, o vídeoárbitro deve garantir que o árbitro não erra quando toma a decisão de (não) expulsar um jogador. A quarta e última área de intervenção do VAR, remete para a questão

³ Adaptado de: <https://desporto.sapo.pt/futebol/primeira-liga/artigos/acha-que-sabe-tudo-sobre-o-videoarbitro-conheca-as-regras-e-quando-o-var-deve-intervir>, consultado em 24 de abril 2019

das trocas de identidade. Caso o árbitro tenha dúvidas ou se equivoque no jogador a ser alvo de admoestação, o VAR irá alertar o árbitro principal de forma a que este corrija a situação.

Fundamentalmente, com a implementação desta tecnologia pretende-se eliminar erros grosseiros que influenciem diretamente o decurso e o próprio desfecho do jogo. Tal como destaca o site do IFAB⁴, «o objetivo do vídeoárbitro (VAR) não é alcançar 100% de precisão em todas as decisões, uma vez que isso ia afetar a fluidez do jogo e as emoções que o futebol gera», a intenção passa por trazer mais verdade ao futebol, sem nunca comprometer a dinâmica do espetáculo. O slogan escolhido por este órgão, «mínima interferência – máximo benefício», sintetiza o propósito desta tecnologia: servir de complemento às decisões tomadas pelo árbitro principal, sem comprometer o desenrolar do encontro. Tal como aponta o ex-árbitro internacional Duarte Gomes (2017: 140), «estamos a falar da introdução de uma ferramenta absolutamente inovadora no futebol [...] que, seguramente, mudará todo o seu paradigma». A entrada em cena do VAR veio revolucionar a indústria do futebol, não só para os intervenientes diretos – árbitros, jogadores e treinadores – como também – e especialmente - para o espectador que está a assistir ao jogo, seja em casa, seja no estádio.

1.3.1 ÉPOCA 2017/18

A época de estreia do vídeoárbitro em Portugal (2018/18) foi, de acordo com o estudo *Does the implementation of VARs improve the game?* - levado a cabo pela Universidade de Leuven⁵ -, positiva. São vários os indicadores muito favoráveis em relação àquilo que foi a arbitragem em Portugal na época 2017/18, sendo de destacar que, com a introdução do vídeoárbitro a percentagem de acerto dos árbitros, subiu de 89,8% (dados relativos à época 2016/17) para 95,3% com a implementação do vídeoárbitro, valores ligeiramente abaixo daqueles registados nos outros países europeus (98,3%). Estes números demonstram «desde logo, um aumento da percentagem de acerto dos juízes lusos naquilo que são lances considerados da esfera de intervenção do vídeoárbitro»⁶. Partindo de uma base analítica de 314 jogos, este estudo oferece a possibilidade de extrair as primeiras conclusões factuais sobre o desempenho desta tecnologia em solo português. Desta feita, foram revistos «100 lances [...] e 76 com decisões alteradas, sendo que 45 das 100 revisões tiveram influência direta no resultado final. Isto quer dizer que

⁴ Adaptado de: <https://www.theifab.com/projects/vars/background-scope>, consultado em 10 de abril 2019

⁵ [...] Estudo divulgado a 18 outubro 2018, na edição escrita do jornal *Record*

⁶ Adaptado de: *Record*, pág. 18, edição de 18 outubro 2018, consultado a 20 outubro 2018

14% dos encontros que tiveram VAR acabaram por terem um desfecho diferente, uma percentagem mais alta do que quando são analisados os números totais (11%)»⁷. Estes indicadores ajudam a ter uma primeira perspetiva sobre o impacto que esta ferramenta causou nas diferentes competições em Portugal.

Uma das maiores críticas à introdução desta ferramenta é o tempo de paragem necessário para que uma determinada situação seja verificada. Apesar dessas dúvidas,

em Portugal, um lance revisto custou, em média, 68 segundos [...], uma revisão com recurso às imagens em campo demorou em média 81,1 segundos, enquanto aquelas em que houve somente comunicação entre o árbitro e o vídeo-árbitro ficavam pelos 44,8 segundos de média. De resto, o tempo “perdido” com o VAR tem uma percentagem residual entre 0 e 5% do tempo de jogo, a comparar com livres ou lançamentos laterais, que ficam perto dos 10% (*Record*, Outubro 2018).

Significa isto que, por partida, o vídeoárbitro consome, no máximo, quatro minutos e meio dos noventa que compõem um jogo de futebol. Importa também realçar que dos 314 jogos em análise, em 234 deles não se verificou qualquer interrupção do jogo, em 74,9% dos jogos analisados, não houve interferência direta do VAR. Apesar da face mais visível desta tecnologia ser quando intervém diretamente no encontro, é no *backstage* que desempenha a sua tarefa mais importante: as verificações (ou *checks*). Qualquer lance duvidoso que esteja englobado nas quatro áreas de intervenção do vídeoárbitro - golos, penáltis, cartões vermelhos diretos e troca de identidade - é passível de ser analisado pelo VAR. Nos 314 jogos em questão, foram feitas 1329 verificações, divididas da seguinte maneira:

os penáltis registaram 495 lances (37%) a serem escrutinadas pelos VAR, enquanto os lances de cartão vermelho – quer tenha sido dado ou pudesse ser mostrado – chegaram aos 430 (32%). A outra grande fatia vai para os golos, com 395 (30%) jogadas alvo de análise, com os foras-de-jogo a dominarem dentro dessa estatística, com 277 *off-sides* em causa. Diga-se que a identificação de jogadores (6 lances) e incidentes graves que passaram sem ser detetados (3) completam o bolo (*Record*, Outubro 2018).

Um dos aspetos mais negativos deste primeiro ano de vídeoárbitro, prende-se com a existência de «um erro claro [...] por corrigir a cada 5,7 encontros, um dos poucos indicadores abaixo da média global: uma falha por reverter a cada 14,4 encontros»⁸. As falhas são, essencialmente humanas, tal como assinala Duarte Gomes (2017).

⁷ Adaptado de: *Record*, pág. 18, edição de 18 outubro 2018, consultado em 20 de outubro 2018

⁸ *Ibidem*

II - OPÇÃO METODOLÓGICA

2.1 PONTAPÉ DE SAÍDA

Tal como afirmam Quivy e Campenhoudt (2005), o primeiro momento de uma investigação reside na formulação de uma pergunta de partida que respeite as qualidades de exequibilidade (ser realista), clareza (ser unívoca e concisa) e pertinência (ser adequada). Os autores consideram tratar-se de uma etapa essencial na qual «o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor [...] e servirá de primeiro fio condutor». A formulação de uma questão de partida é, portanto, o pontapé de saída para qualquer investigação. Como tal, foi desenvolvida uma questão de partida, tendo em consideração os parâmetros acima mencionados:

«Como é retratado o VAR pela imprensa escrita desportiva em Portugal?»

A escolha desta questão de partida justifica-se pelo interesse em estudar de que forma os diários desportivos portugueses de referência abordaram a implementação e atuação do vídeoárbitro nos relvados nacionais.

2.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

2.2.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo como técnica de investigação quer qualitativa, quantitativa, ou mista, tem as suas origens no século XIX. Inicialmente, ocupou-se do estudo da comunicação de massas, nomeadamente jornais, revistas, propaganda – influenciada pelo eclodir da Primeira Guerra Mundial - e discursos políticos (Garry e Harwood, 2003). Desde a segunda metade do século até aos dias de hoje, a análise de conteúdo tem sido utilizada em vários campos de atividade, como a «antropologia [...], gestão, ciências política, psicologia e sociologia (Marsh e White, 2006: 23) e, como tal, acaba por ser natural que exista uma grande pluralidade de definições em torno deste conceito. Como tal, ao longo deste capítulo serão abordados alguns dos mais reconhecidos autores da temática em questão. Um nome incontornável na história da análise de conteúdo é o de Harold Lasswell que, a pedido do governo norte-americano, realiza um conjunto de análises sobre a propaganda usada nos países inimigos. Anos mais tarde, Berelson projeta uma primeira definição de análise de conteúdo, descrevendo-a como «uma

técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação» (Berelson, 1952, *apud* Bardin, 2016, p. 24). Como assinala Rossi *et al.* (2014: 40),

por quantitativa, entende-se a contagem de ocorrências relevantes [...] sistemática no sentido de que o investigador precisa [de] contar todos os aspetos relevantes da amostra [...] objetiva no sentido de que as unidades selecionadas para análise e a formação de categorias devem ser claramente definidas segundo um critério. E, por manifesto entende-se o que se conta, o que é tangível e observável [...] a frequência com que uma palavra ocorre (Gao, 1996, *apud* Rossi *et al.* 2014).

Tal como afirma Krippendorff (1980: 18), a análise de conteúdo é «uma técnica de pesquisa que permite realizar inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto» e tem como finalidade a compreensão de um dado fenómeno. Na mesma linha de pensamento, Vala (1999: 104), descreve a análise de conteúdo como «a desmontagem de um discurso e a produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação». Bauer e Gaskell (2008: 190) acrescentam que a análise de conteúdo «faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais [...] é uma técnica híbrida». Em suma, recorrendo à análise de conteúdo, o investigador tem a possibilidade de quantificar e qualificar a presença de determinados aspetos textuais, nomeadamente palavras, frases, temas ou conceitos. Posteriormente, cabe ao investigador inferir sobre as mensagens contidas – implícitas ou explícitas - na peça em análise.

Para a operacionalização desta investigação, foi tida em consideração a proposta de Krippendorff (2004). Como assinala o autor, a técnica de análise de conteúdo deve obedecer a critérios claros e rigorosos sobre o material a ser analisado, devendo incluir uma explicação detalhada relativa à forma como será realizado o tratamento dos dados e deve também ser capaz de fundamentar os resultados obtidos. Para o efeito, foram definidas três etapas essenciais: 1) Determinar o objeto da análise; 2) Estabelecer regras de codificação, e por fim, 3) Construir o sistema de categorias (Andréu, 2001, *apud* Reis, 2017, p. 214).

O primeiro momento diz respeito a uma pré-análise (Bardin 2016: 125). Esta consiste no planeamento e delimitação do tema a ser trabalhado e representa um importante estágio de preparação para as próximas etapas da investigação. É nesta fase que o investigador constrói as primeiras bases da pesquisa, quer através das primeiras leituras - que a autora apelida de «leituras flutuantes» - quer também pela formulação de hipóteses e/ou questões que orientarão a investigação. Nesse sentido, o principal interesse da investigação reside na tentativa de

compreender, empiricamente, qual o tratamento que foi dado pelos principais jornais desportivos portugueses à atuação do VAR, ao longo da época 2017/18, em Portugal.

Determinada e delimitada a estrutura e a organização da investigação, a segunda etapa consistiu na elaboração e estipulação dos princípios para o tratamento dos dados recolhidos. Este processo, conhecido como codificação, trata-se de um procedimento através do qual «os dados em bruto são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo» (Holsti, 1969, *apud* Bardin, 2016, p. 133). Ideia que é partilhada por Berger (2016: 277), que caracteriza a codificação como «um processo de classificação dos dados obtidos a partir do material em estudo, sendo cada item [posteriormente] organizado por categoria». Krippendorff (2004: 98) identifica três momentos que auxiliam e orientam o investigador neste processo. Inicialmente, o autor identifica as *unidades de amostra*. De acordo com Reis (2017: 217), esta envolve «a seleção do material que será escrutinado num dado período de tempo [e é também] nesta fase que se equacionam as unidades que constituirão o [...] *corpus* analítico». Como assinala Bardin (2016: 123-128), a escolha dos elementos que constituirão o corpo de análise, deverá ter em consideração um conjunto de critérios:

- a) Exaustividade – deverão ser incluídos todos os elementos de texto que respeitem os critérios previamente definidos;
- b) Representatividade – a amostra deverá ser uma representação fiel do universo inicial;
- c) Homogeneidade – os elementos deverão estar inseridos na mesma temática e a sua recolha ter sido realizada através de técnicas iguais;
- d) Pertinência – os elementos deverão estar de acordo com o objetivo da investigação.

Para esta investigação foram selecionadas as edições impressas⁹ dos três jornais desportivos diários de maior circulação em Portugal: *Record*, *A Bola* e *O Jogo*. Estes jornais, pela sua posição dominante no mercado jornalístico português (como comprova o mais recente estudo levado a cabo pela empresa especializada na área de estudos de mercado, *Marktest*¹⁰), foram encarados como uma escolha natural. Para o efeito, foram selecionados três meses de

⁹ Pela sua natureza de constante atualização, as páginas *online* dos jornais selecionados não foram incluídas nesta investigação. Desta forma, os resultados finais tornam-se mais consistentes.

¹⁰ Num estudo realizado pelo Bareme Imprensa 2018 (da *Marktest*) o jornal «*A Bola* [regista] 670 mil leitores, seguido do *Record*, com 641 mil, e *O Jogo*, com 507 mil». No top-5 dos jornais mais lidos em Portugal, três deles são desportivos. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/tv-media/detalhe/cm-ja-e-lido-por-quase-um-milhao-de-pessoas>, consultado em 24 de abril 2019

publicações respeitantes à época 2017/18 da Liga NOS: agosto de 2017, janeiro e maio de 2018. A escolha por estes meses teve como fundamento a intenção de cobrir três períodos distintos da época em questão: início, meio e fim de temporada. De seguida, o autor faz referência às *unidades de registo*. Holsti (1969: 16), que é citado por Krippendorff (2004: 100), afirma que estas dizem respeito a um «segmento específico de conteúdo que se caracteriza pela sua colocação numa determinada categoria», ou seja, são elementos suscetíveis de serem registados e categorizados. Weber (1990: 21) acrescenta que esta se trata de uma decisão capital na medida em que este é o momento no qual se define qual o tipo de unidade textual que será tratada.

O processo de recolha de dados exigiu a aplicação de diferentes técnicas: numa primeira instância, foram utilizados os arquivos digitais de cada uma das redações dos três jornais em estudo. O acesso a esta plataforma digital, permitiu – recorrendo ao auxílio de filtros¹¹ – balizar, localizar e identificar as peças relativas ao vídeoárbitro neste jornal. Num segundo momento, foi utilizada a Hemeroteca Municipal de Lisboa (biblioteca onde são catalogados e guardados todo o tipo de publicações periódicas) para aceder às edições dos três títulos. Após a recolha dos exemplares respeitantes ao período temporal previamente definido, estes foram lidos e, posteriormente, foram selecionadas e identificadas todas as peças que incluíssem no antetítulo, título, subtítulo ou *lead*¹² as palavras-chave definidas para esta investigação: VAR, vídeo-árbitro ou vídeoárbitro. De seguida foram fotografadas, organizadas cronologicamente e, posteriormente, analisadas todas as peças que estivessem de acordo com os critérios acima especificados. Para o processo de codificação foi utilizada a técnica de recorte que, de acordo com Bardin (2016: 133), é uma das mais recorrentes em análise de conteúdo e refere-se à seleção de uma palavra, uma frase ou a um conjunto de frases. No total foram recolhidas 212 peças, divididas do seguinte modo: *O Jogo* - 84; *Record* - 70; *A Bola* - 58. Por fim, as *unidades de contexto* visam o enquadramento (con)textual do material selecionado. Reis (2017: 220) sugere que após o processo de desconstrução «do fenómeno [...] para que seja possível a sua observação criteriosa, é preciso de novo reconstruir as peças do “puzzle” para não cair no erro de leituras parciais e segmentadas». De acordo com o autor supracitado - que cita Krippendorff (1990) -, a «análise de dados em contexto tem como objetivo inferir o significado dos dados com critério de validade, [...] não [sendo possível] perceber o real sentido de uma unidade de

¹¹ A aplicação de filtros facilitou e agilizou a recolha dos dados uma vez que tornou possível, simultaneamente, ter acesso às peças referentes ao período temporal em análise e também às peças indicadas com as palavras-chave.

¹² «O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia e nele o leitor deverá encontrar resposta a seis questões fundamentais: O Quê, Quem, Quando, Onde, Porquê e Como» (Gradim, 2000: 41-42).

forma isolada». Ideia que é reforçada por Guerra (2006: 27) ao afirmar que a hermenêutica implica «uma forma de “holismo semântico”, [sendo] preciso apreender o todo para entender as partes», garantindo desta forma que são respeitados os vários contextos que lhe estão associados. Adicionalmente, a análise de conteúdo deve também ter em consideração os aspetos históricos e sociais do tema em análise. Como tal, creio que se reveste de grande importância esclarecer o contexto que esteve na base da implementação do vídeoárbitro em Portugal. O clima de constante crispação e desconfiança que paira há vários anos sobre a arbitragem em Portugal (Moriconi e Diniz, 2016), levou a Federação Portuguesa de Futebol a procurar uma solução que, de alguma forma, pudesse trazer mais credibilidade e menos controvérsias ao campeonato português. Assim sendo, a decisão passou pela implementação do vídeoárbitro na época desportiva 2017/18. A última etapa do processo de codificação está relacionado com as regras de enumeração que, de acordo com Bardin (2016: 138) dizem respeito ao «modo de contagem» dos elementos previamente recortados. Para esta investigação foi utilizado o critério de direção que, de acordo com a autora supracitada, é de natureza qualitativa e pode ser «favorável, desfavorável ou neutra»¹³.

O terceiro estágio diz respeito à construção do sistema de categorias. Tal como afirma Bardin (2016: 147), este processo diz respeito «à classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o género [...] com os critérios previamente definidos». Como assinala Reis (2017), o processo de categorização deve assentar em três pilares:

Exaustividade, por forma a ser o mais abrangente possível em relação ao tema de análise; [...] *exclusividade*, em que cada categoria deve apenas permitir classificar um dado por categoria (evitando ambiguidades). [...] as categorias devem ser *claras e replicáveis*, isto é, suficientemente óbvias e consistentes para serem aplicadas em estudos similares (Reis, 2017: 226).

A criação de categorias de análise tem como propósito simplificar e aglomerar um conjunto de elementos com as mesmas características. Assim sendo, os elementos que constituem o *corpus* de análise foram classificados de acordo com as seguintes categorias: “mês”, “página”, “posicionamento”, “dimensão”, “género jornalístico”, “natureza do título”, “autor”, “sentido”, “acompanhamento visual” e “legenda”. A seleção destas categorias teve como referência outras investigações académicas na área das ciências sociais (Martins, 2008; Vidal, 2017) e a sua criação resultou na combinação de dois processos: *a priori* e *a posteriori* (Vala, 1999: 111).

¹³ *Ibidem* p. 141

A primeira categoria definida para esta investigação, diz respeito ao mês em que a notícia foi publicada. A sua importância prende-se com o interesse em perceber quais os meses em que existe um maior volume de notícias e tentar compreender as razões por detrás desse acontecimento. Para o efeito, foram selecionados os três meses mais relevantes de uma época desportiva: agosto, janeiro e maio. Agosto marca o início da liga desportiva e é também o primeiro mês de utilização do VAR em Portugal. Janeiro, que coincide com a reabertura do mercado de transferências, assinala o mês intermédio da competição. Finalmente, maio é o mês de todas as decisões e, como tal, foi considerada imperativa a sua inclusão.

No que respeita à categoria “página”, esta terá como princípio-base o número da página em que a peça jornalística está localizada, sendo de seguida classificada como página de *entrada* ou de *saída*. Tal como assinala Damasceno (2013),

é importante ressaltar a distinção que existe entre páginas pares e ímpares, uma vez que para o jornal, a escolha da localização (em página ímpar ou par) irá determinar a importância da informação. Tradicionalmente denominam-se as páginas pares (lado esquerdo) de *entrada* e as páginas ímpares (lado direito) de *saída*. [Sendo] a página da direita vista em primeiro lugar pelos leitores ocidentais (2013: 29-30).

Relativamente à categoria “posicionamento” (das peças), Gruszynski - recorrendo à ferramenta *Eyetrack*¹⁴-, chegou à conclusão de que

a leitura era feita em duas etapas: inicialmente, os leitores faziam uma varredura na página (*scanning*), procurando pontos de interesse, ação que durava frações de segundos. Num segundo plano, fixavam-se em pontos de interesse, áreas onde permaneciam por mais tempo. Esses pontos eram determinados pelo tamanho das fotos, pelo conteúdo dessas, e pela presença ou não de cor, dentre outros fatores (Gruszynski, 2010, *apud* Damasceno, 2013, p. 29).

Larequi (1994, *apud* Damasceno, 2013, p. 31) é da opinião de «que as informações principais deveriam se concentrar no centro da página, deixando para a periferia os componentes mais acessórios». Para esta investigação, foi elaborada uma classificação apoiada na conceção deste autor, isto é, quanto mais central estiver colocada a peça, maior será a sua importância.

¹⁴ O conceito de *eye-tracking* refere-se a um conjunto de tecnologias que permite medir e registar os movimentos oculares de um indivíduo perante a amostragem de um estímulo em ambiente real ou controlado, determinando, deste modo, em que áreas fixa a sua atenção, [...] por quanto tempo e que ordem segue na sua exploração visual (Barreto, 2012: 168-169).

Assim sendo, e atendendo aos dados recolhidos, entendeu-se que uma classificação abrangente seria mais fiel e, como tal, foram definidas seis subcategorias de análise:

- Metade direita ou esquerda
- Canto inferior direito ou esquerdo
- Canto superior direito ou esquerdo
- Metade superior ou inferior
- Página completa
- Central

No que concerne à categoria “dimensão”, foram definidos os seguintes critérios de análise¹⁵:

- < ¼ página – pequena
- entre ¼ e ½ página – média
- entre ½ e 1 página – grande
- > 1 página – muito grande

A elaboração e classificação da categoria “género jornalístico” teve em consideração os trabalhos de Sobral e Magalhães (1999) e de Anabela Gradim (2000). Assim sendo, foram selecionadas as seguintes possibilidades: notícia, breve, olho, reportagem, opinião e crónica. Seguindo a classificação de Sobral e Magalhães (1999: 35), os quatro primeiros géneros jornalísticos são de natureza informativa, sendo os restantes de natureza opinativa. De seguida será feito um enquadramento teórico que ajudará na compreensão de cada um destes conceitos.

A notícia, que não deve veicular qualquer opinião, diz respeito a «textos eminentemente informativos, relativamente curtos, claros, diretos, concisos e elaborados segundo regras de codificação bem determinadas: título, *lead*, subtítulos, construção por blocos, e em forma pirâmide invertida» (Gradim, 2000: 41).

A breve «responde a quatro perguntas: quem, quê, quando e onde. Dimensão variável, embora não superior a 20 linhas, apenas um parágrafo [...] A primeira linha surge a negro ou em caixa alta. Relata factos pouco relevantes ou de última hora, sem comentário» (Sobral e Magalhães, 1999: 37).

O olho (também conhecido como boca), refere-se ao «destaque de um trecho da notícia ou uma citação da fala de algum personagem desta, nesse caso mediante a utilização de aspas

¹⁵ Adaptado de Reis (2017: 225)

na maior parte das vezes. [...] É usado para quebrar a massa de texto da página, tornando-a mais dinâmica e atraente para leitura» (Damasceno, 2013: 23).

Igualmente de natureza predominantemente informativa, a reportagem tenciona «transmitir aos leitores não só o que fizeram os personagens mas também o que sentiram, o contexto em que a ação se desenrola, e quais os motivos que os levaram a agir daquela forma» (Sobral e Magalhães, 1999: 38). Procura

tratar o assunto exaustivamente, segundo o ponto de vista adotado, e em profundidade. Neste género de texto, o jornalista investe habitualmente muito mais tempo e recursos que na realização de uma simples notícia. Como se trata de reproduzir um assunto em profundidade, ele deverá ser cuidadosamente investigado [e supõe] sempre a recolha de informação *in loco* por parte do jornalista (Gradim, 2000: 67-68).

A opinião, tal como o próprio nome sugere, refere-se a um género jornalístico que possibilita aos seus autores expressar um ponto de vista pessoal e, como tal, tem um carácter «quase sempre polémico e frontal» (Sobral e Magalhães, 1999: 43), sendo frequente os seus autores serem reconhecidos especialistas da temática em discussão. Trata-se, portanto, de

um texto no qual o seu autor exprime pontos de vista subjetivos relativamente a assuntos que, por qualquer razão, despertaram o seu interesse [...] o objetivo de quem faz opinião continua a ser o mesmo: afirmar determinadas posições pessoais, aduzindo argumentos a esse favor; e levar os outros a aderirem a tais teses ou conclusões (Gradim, 2000: 74).

A crónica «é um texto que, fazendo apelo à imaginação e às potencialidades estéticas da linguagem, conta uma história» (Gradim, 2000: 75). Fazendo a transferência para o campo do jornalismo desportivo, a crónica «descreve jogadas, analisa táticas, tira conclusões» (Sobral e Magalhães, 1999: 45). Essencialmente é utilizada para fazer a “dissecação” do jogo.

A importância do título é sobejamente reconhecida. É o primeiro aspeto textual que o leitor procura enquanto folheia o jornal. Tem como principais funções informar, resumir e convencer o leitor do conteúdo da notícia. Tal como afirma Gradim (2000),

o título se não necessita sempre de ser direto e imediatamente informativo, deve reter algo dessa característica, [...] tem de ser concreto e estar relacionado com o assunto de que fala o texto, informando diretamente, levantando pistas sobre o que vai ser revelado, ou, simplesmente, brilhando pela sua oportunidade ou originalidade. [Deve] ser perceptível para a generalidade do público a que se dirige os títulos, não devem ser herméticos, enigmáticos, elucubratórios, pedantes, acessíveis apenas ao seu autor e ao Altíssimo (Gradim, 2000: 52-53).

Deste modo, em relação à categoria denominada “natureza do título”, e partindo do pressuposto de que este, independentemente da sua orientação, tem sempre um cariz informativo, foram estabelecidas as seguintes hipóteses: positivo, negativo, neutro, criativo ou citação. Para a concetualização destas diferentes hipóteses foi adotada e adaptada a grelha de classificação elaborada por Neves (2016: 45-48). Por título positivo entende-se «todos aqueles que usem adjetivação com carácter positivo e que transmitam uma opinião favorável» em relação ao VAR. Por título negativo entende-se «todos aqueles que usem adjetivação com carácter negativo e que transmitam uma opinião desfavorável» em relação ao VAR. Por título neutro entende-se um título meramente informativo, sem qualquer juízo valorativo associado. Um título será considerado criativo caso se verifique a presença de elementos originais ou de figuras textuais que remetam para um duplo sentido, como por exemplo o trocadilho. Por fim, um título será classificado como citação quando incluir esta variante textual. Tal como referido anteriormente, os antetítulos, subtítulos e *leads* das peças foram também incluídos nesta categoria.

Para esta investigação foi também considerada a categoria “autor”. Esta consistirá na classificação de cada um dos elementos do *corpus* analítico como “sim”, caso se trate de uma peça assinada ou “não”, caso a peça não seja assinada. Adicionalmente, os géneros jornalísticos de natureza opinativa serão alvos de uma análise mais profunda, isto é, será elaborada uma grelha de análise com os autores que mais vezes colaboraram com o jornal em peças de opinião.

A categoria “sentido” tem como principal objetivo aferir a tendência do texto em análise. Como tal, foram estabelecidas as seguintes possibilidades:

- Positivo – favorável em relação ao VAR
- Negativo – desfavorável em relação ao VAR
- Neutro – não apresenta qualquer juízo valorativo em relação ao VAR

Nos dias de hoje, o elemento visual de um jornal é de extrema importância. Atua não só como um complemento aos textos, como muitas vezes facilita a compreensão dos mesmos. Como relembra Gradim (2000: 68), «estudos realizados sobre esta matéria provam que, depois dos títulos e antetítulos, as fotos e respetivas legendas são a segunda coisa a que a esmagadora maioria dos leitores atentam no jornal». Também Sobral e Magalhães (1999: 61) partilham desta opinião, recordando que «as estatísticas asseguram que os leitores absorvem a informação de forma cada vez mais passiva e que respondem melhor a estímulos visuais que às massas cinzentas de texto». Tendo em consideração os autores supracitados, é possível concluir que esta é uma das componentes mais influentes de um jornal e, como tal, indispensável a sua

inclusão nesta investigação. Assim sendo, a elaboração desta categoria consistiu na verificação da existência de “acompanhamento visual”, isto é, de algum tipo de elemento visual, seja fotografia, retrato, infográfico ou ilustração. Importa referir que as fotografias-retrato dos autores e cronistas não foram contabilizadas para esta categoria.

A categoria “legenda” está intrinsecamente ligada à anterior (acompanhamento visual), na medida em que a sua inclusão está dependente da existência de algum elemento visual a acompanhar a peça. De acordo com Gradim (2000),

as legendas são pequeníssimos textos, normalmente apenas uma frase, colocados na base inferior da fotografia; à qual fazem referência, ilustrando, explicando ou simplesmente chamando a atenção para os aspetos mais interessantes da imagem. O carácter da legenda é eminentemente informativo, ou deverá conter traços disso. Ela comenta e contextualiza determinado objeto gráfico, fornecendo precisões que, por vezes, é impossível à imagem comunicar por si só (Gradim, 2000: 72).

Em suma, a elaboração e seleção destas categorias teve como principal propósito uma análise o mais abrangente possível. Assim sendo, foram estabelecidas categorias que tivessem em conta não só a análise gráfica do jornal – número de página, posicionamento de cada peça, elementos visuais ou a dimensão de cada trecho noticioso -, mas também uma análise mais complexa, mais textual; no fundo, uma análise de conteúdo. Inicialmente, foi realizada uma análise quantitativa de conteúdo que, de acordo com Bardin (2016: 145), refere-se a um «método estatístico [...] uma análise mais objetiva, mais fiel e mais exata [...] útil na fase de verificação de hipóteses». Essencialmente, a sua utilização permitiu contabilizar a frequência de determinados elementos, mais virados para a estrutura gráfica da notícia. Posteriormente procedeu-se a uma análise qualitativa de conteúdo, um procedimento que Bardin (2016: 146) classifica como «mais intuitivo [...] no qual a compreensão exata do sentido é [...] capital», sendo fundamental que os vários contextos que lhe estão associados sejam tomados em consideração, de forma a evitar erros de julgamento. Assim sendo, a abordagem qualitativa teve em vista a interpretação e compreensão total do sentido da mensagem presente em cada um dos trechos noticiosos analisados.

III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Com o intuito de compreender empiricamente de que forma o vídeoárbitro é retratado nos principais jornais desportivos em Portugal, foram exploradas várias dimensões de análise. Através da elaboração de grelhas e gráficos, procurou-se, não só responder à pergunta de partida definida para esta investigação, como também ser capaz de perceber melhor o fenómeno em torno do VAR nos jornais desportivos portugueses. Para tal, inicialmente foi criada uma grelha geral de análise que incluiu todas as variáveis delineadas para esta investigação, sendo posteriormente produzidas outras grelhas de análise mais específicas com o objetivo de responder às especificidades oriundas da própria investigação.

O primeiro indicador em análise prende-se com a presença da palavra VAR¹⁶ na primeira página do jornal (vulgarmente conhecida como capa). Apesar do vídeoárbitro ser um dos temas em destaque no panorama futebolístico em Portugal desde a sua época de introdução (2017/18), os dados recolhidos não traduzem esta popularidade. Ao longo dos três meses de análise, num universo total de 279 edições, somente em 16 ocasiões o vídeoárbitro esteve presente na primeira página do jornal, o que representa uma percentagem de 5,7%. Se tivermos em consideração o tamanho dedicado ao VAR nas primeiras páginas, constata-se que em 87,5% das vezes, foi inferior a um quarto da página. Adicionalmente, importa realçar que dessas 16 aparições, nove – implícita ou explicitamente – continham um título com carácter negativo. Com seis capas, o jornal *A Bola* foi quem mais vezes deu destaque ao vídeoárbitro. O *Record* e *O Jogo*, ambos com cinco capas, ocupam o segundo lugar neste ranking.

3.1 SENTIDO DAS PEÇAS

Em primeiro lugar, importa salientar que agosto foi o mês em que se produziram mais notícias relativas a esta temática nos três jornais, representando 55% do universo total das peças analisadas. Com base nos dados analisados, o jornal *O Jogo* foi quem mais se destacou, contribuindo com 43 peças em 31 dias. Este fulgor noticioso justifica-se por estarmos perante o primeiro mês de utilização desta revolucionária ferramenta em jogos oficiais da Liga Portuguesa. Analisando o sentido das peças neste mês, percebe-se que há uma tendência

¹⁶ Por uma questão de fluidez optou-se por não repetir as palavras-chave definidas para esta investigação: VAR, vídeoárbitro e vídeo-árbitro. Assim sendo, a utilização da palavra VAR neste contexto engloba as outras duas palavras.

bastante positiva em dois dos três jornais desportivos, registando-se mais do triplo de notícias com uma tendência positiva por comparação com aquelas que denotam uma tendência negativa. Apesar de registar mais peças negativas do que positivas (19 *versus* 15), este foi o mês em que o jornal *O Jogo* registou um maior equilíbrio nesta vertente. Tal como é possível observar pela análise à Tabela 3.1 (que não inclui as 16 capas acima mencionadas), com exceção do jornal *O Jogo*, os outros dois jornais registaram um maior número de peças positivas do que negativas, imperando, no entanto, um grande equilíbrio entre estas duas variáveis. A nível global, constata-se que existe uma ligeira superioridade no número de peças negativas por comparação com as positivas, contando com 79 e 80 peças, respetivamente.

<i>Record</i>	Agosto	Janeiro	Maio	Total
Número total de peças	35	20	10	65
Peças assinadas	24	14	8	46
Peças positivas	20	8	3	31
Peças negativas	7	10	6	23
Peças neutras	8	2	1	11
<i>A Bola</i>	Agosto	Janeiro	Maio	Total
Número total de peças	30	12	10	52
Peças assinadas	19	12	6	37
Peças positivas	19	4	3	26
Peças negativas	5	6	4	15
Peças neutras	6	2	3	11
<i>O Jogo</i>	Agosto	Janeiro	Maio	Total
Número total de peças	43	24	12	79
Peças assinadas	25	15	5	45
Peças positivas	15	5	2	22
Peças negativas	19	15	8	42
Peças neutras	9	4	2	15

Quadro 3.1 – Peças analisadas
Fonte: Elaboração própria

Uma análise mais aprofundada às variáveis em estudo permitiu explorar, categorizar e classificar todas as peças em estudo, fazendo desta forma emergir novas categorias. A primeira dessas categorias, intitulada de “género jornalístico” resultou da necessidade de segmentar cada peça de acordo com a sua natureza, com o objetivo de produzir um melhor entendimento da proporção de cada uma das variáveis. Assim sendo, foram considerados seis tipos diferentes que se encontram representados na Tabela 3.2. O género “notícia” – sem surpresa - destacou-se largamente, reunindo 50% do total das peças do *corpus* de análise. Os artigos de “opinião” foram o segundo género mais representado, registando 25% do universo total das peças. A finalizar o *top-3* encontra-se o género “breve”, que com 22 entradas totaliza uma percentagem de 11%. Os restantes géneros encontram-se entre o 1% e os 9% do total de entradas. A nível individual, o *O Jogo* volta a dominar a maioria das categorias, afirmando-se como o jornal com mais ocorrências relacionadas com o vídeoárbitro. Uma análise mais minuciosa sobre cada um destes géneros permitiu chegar à conclusão de que no caso das “breves”, há uma tendência meramente informacional, isto é, há uma predisposição - comum aos três jornais – para que estas sejam pequenas notas informativas sobre aspetos relacionados com o protocolo do VAR. Esta preocupação é bem visível nos dados recolhidos. Do total de 22 ocorrências, a maioria apresenta um sentido neutro (12 ocorrências ou 55%), sendo que com 6 (ou 27%) e 4 ocorrências (ou 18%) encontram-se as peças com sentido positivo e negativo, respetivamente. No que diz respeito à variável “notícia”, verificou-se a ocorrência de 45 peças com sentido negativo, 35 de cariz positivo e 18 artigos de sentido neutro. De seguida, o género “olho” (ou boca), registou uma percentagem de 61% de ocorrências com sentido positivo (11 peças), 22% com sentido negativo (4 peças) e 17% de entradas com sentido neutro (3 peças). O género “crónica”, registou 4 peças com sentido e 2 com sentido negativo. No que toca à “reportagem”, em ambas as aparições verificou-se um sentido neutro.

	Breve	Notícia	Olho	Crónica	Opinião	Reportagem	Total
<i>Record</i>	8	34	4	5	12	2	65
<i>A Bola</i>	2	28	7	1	14	/	52
<i>O Jogo</i>	12	36	7	/	24	/	79
Total	22	98	18	6	50	2	196

Quadro 3.2 - Géneros jornalísticos

Fonte: Elaboração própria

Adicionalmente, a inclusão de uma tabela cujo foco estivesse nos artigos de opinião foi considerada de grande relevância. Tratando-se de um dos gêneros jornalísticos mais fascinantes de ser analisado numa investigação de natureza qualitativa, a “opinião” – por oposição aos gêneros jornalísticos noticiosos - ao veicular posições e convicções pessoais dos redatores/colunistas sobre o vídeoárbitro, proporcionou um leque mais alargado de possibilidades a serem exploradas. Assim sendo, e recorrendo aos dados expostos na Tabela 3.3 verifica-se que existe um equilíbrio entre o número de peças positivas – 22 (ou 44%) e de peças negativas – 25 (ou 50%). Em 6% (ou 3 peças) das ocorrências, o colunista optou por uma abordagem harmoniosa, na qual não veicula uma opinião positiva ou negativa, preferindo adotar uma posição mais conciliadora. Também nesta subcategoria, o jornal *O Jogo* voltou a destacar-se em vários parâmetros, estando envolvido em 48% do total dos artigos de opinião, sendo que dessas 24 peças, 60% (ou 15 peças) transmitem um sentido negativo. O *Record* também registou uma tendência negativa, contabilizando sete peças negativas num total de 12 peças em análise. Relativamente ao jornal *A Bola*, denota-se uma tendência francamente positiva, com a “opinião” a registar 71% de peças com sentido positivo. No que toca à autoria das peças de opinião, Marco Ferreira, Duarte Gomes e Jorge Corado, ex-árbitros internacionais e colunistas dos jornais *Record*, *A Bola* e *O Jogo*, respetivamente, foram os cronistas com maior número de peças de opinião em relação à temática do VAR. Jorge Corado, com seis artigos com sentido negativo em oito participações foi, de longe, o colunista com uma maior percentagem de peças com sentido pejorativo: 75% das suas intervenções foram para criticar o vídeoárbitro. De seguida, com 5 artigos com sentido negativo num total de oito participações (ou 62%), encontra-se Marco Ferreira. Finalmente, o árbitro Duarte Gomes em apenas uma das suas seis intervenções (ou 17%) não escreveu positivamente sobre esta ferramenta, tendo esta sido classificada como neutra por se tratar de um “breve guia” de utilização do vídeoárbitro. São várias as ilações passíveis de serem retiradas dos vários dados aqui apresentados. Em primeiro lugar, é notória uma evidente preferência por parte dos jornais em recorrer a elementos especialistas em arbitragem para se pronunciarem sobre esse mesmo tema. A presença de um ex-árbitro internacional nas fileiras de cada um dos jornais é um fator que acrescenta credibilidade não só ao jornal, como também legitima a própria opinião do autor. Uma situação que apesar de parecer (e ser) lógica, em Portugal é frequentemente ignorada, sendo habitual pessoas ligadas a outras áreas da sociedade escreverem sobre questões tão técnicas como a arbitragem. Em segundo lugar, e comparando os dados da Tabela 3.3 com os valores (e percentagens) acima mencionados, há uma correspondência lógica entre estas duas variáveis, isto é, em termos do sentido das peças (não só de opinião), tem existido um claro denominador

comum: *O Jogo* como líder isolado no que toca às peças de sentido negativo, com o *Record* a ser normalmente o segundo classificado nesta vertente e o jornal *A Bola*, como aquele que regista mais peças com sentido positivo. Assim sendo, e fazendo o paralelo para os autores acima referidos, constata-se que, também neste caso a ordem supramencionada é respeitada, sendo que Jorge Coroado (*O Jogo*) é o claro líder na vertente das peças opinativas com sentido negativo, sendo seguido por Marco Ferreira (*Record*) – cujo balanço entre positivo e negativo é equilibrado e, no terceiro posto com um registo francamente positivo, Duarte Gomes (*A Bola*). Conclui-se que os colunistas são um espelho da linha editorial do jornal.

	Positivo	Negativo	Neutro	Total
<i>Record</i>	5	7	/	12
<i>A Bola</i>	10	3	1	14
<i>O Jogo</i>	7	15	2	24
Total	22	25	3	50

Quadro 3.3 – Artigos de opinião

Fonte: Elaboração própria

Tal como é possível perceber pela análise dos dados, o vídeoárbitro é uma ferramenta que está longe de ser unânime em Portugal. Um dos principais desígnios com a sua introdução residiu na tentativa de legitimar novamente a arbitragem em Portugal, alvo de grande contestação e sem qualquer credibilidade, resultado dos erros cada vez mais frequentes e grosseiros. Assim sendo, e tendo em consideração o teor desta investigação, considerou-se pertinente abordar de que forma a introdução do vídeoárbitro veio contribuir para uma mudança na perceção social sobre a classe de arbitragem. Tal como revelam Moriconi e Diniz (2016), no seu estudo relativo à perceção dos adeptos portugueses sobre a arbitragem em Portugal, a corrupção e tráfico de influências, com 76,1% foi eleito o maior flagelo no futebol português. Dados sintomáticos sobre o imaginário dos árbitros portugueses aos olhos da opinião pública portuguesa. A entrada em cena do vídeoárbitro veio transformar radicalmente esta situação. A responsabilidade das decisões outrora imputadas aos árbitros, foi, em grande medida, transferida para os vídeoárbitros. Essa situação é particularmente evidente ao filtrar os dados da Tabela 3.3. Uma análise minuciosa permitiu concluir que somente em três peças (de um universo total de 50) foi atribuída a culpa de um erro da equipa de arbitragem ao árbitro de campo, sendo o vídeoárbitro o principal visado na esmagadora maioria das vezes.

Tendo em consideração que a opinião é um dos géneros jornalísticos que melhor permite compreender o posicionamento do autor e também do próprio jornal, foram selecionadas algumas peças com o intuito de demonstrar os critérios aplicados na classificação dos elementos constitutivos do *corpus* analítico. De seguida serão fornecidos dois exemplos para cada um dos tipos de classificação definidos para os artigos de opinião - negativo, positivo e neutro.

Exemplos de artigos que veiculam uma opinião negativa para com a atuação do(s) vídeoárbitro(s):

«[...] *A esperança rapidamente passou a pesadelo quando nos apercebemos de que poucos sabiam o que estavam a fazer quando eram chamados a desempenhar a função de VAR*» - Marco Ferreira (*Record*), 16 agosto 2018

«*o VAR tem sido até agora apenas (e é imenso e imensamente negativo), mais uma instância de dúvidas, de perplexidades, de suspeições*» - Miguel Sousa Tavares (*A Bola*), 2 janeiro 2018

Exemplos de artigos que veiculam uma opinião positiva para com a atuação do(s) vídeoárbitro(s):

«*Pelo menos em cerca de oitenta situações a verdade desportiva foi salvaguardada pelo VAR*» – Duarte Gomes (*A Bola*), 22 maio 2018

«[...] *Alertado pelo VAR, viu imagens e corrigiu, bem, a decisão*» - Jorge Coroado (*O Jogo*), 29 agosto 2017

Exemplos de artigos que veiculam uma opinião neutra para com a atuação do(s) vídeoárbitro(s):

«*Neste última jornada assistimos a bons exemplos do melhor e do pior do vídeoárbitro. Bastou um jogo com dois golos anulados no fim para todos perceberem a importância que o VAR poderá ter na defesa da verdade desportiva. Infelizmente, a realidade desse jogo não é transversal a todos os outros*» - Marco Ferreira (*Record*), 29 agosto 2017

«*A estreia oficial do vídeoárbitro proporcionou conversas acaloradas, porventura, controvérsia. Em algumas situações não correspondeu às exigências. No Dragão, foi positivo na validação do golo de Marcano*» - Jorge Coroado (*O Jogo*), 11 agosto 2017

3.2 SENTIDO DOS TÍTULOS

Outro dos parâmetros escrutinados por esta investigação foi a tipologia dos títulos de cada um dos trechos noticiosos selecionados para o *corpus* analítico. O primeiro aspeto que salta à vista é o grande equilíbrio que se verifica entre o número de peças com títulos positivos, negativos e neutros. Tendo em consideração os anteriores dados, acaba por ser surpreendente que variação percentual entre estas três variáveis seja somente de 5%. No que respeita a títulos positivos e neutros, registam-se 61 (ou 28%) e 60 unidades (ou 29%), respetivamente. Quanto aos títulos de índole negativa registam-se 71 peças, (ou 33%) do universo total de 212 peças. Relativamente aos títulos de natureza criativa, verificou-se um empate entre os três jornais, registando cada um deles, três títulos com estas características.

Record	Agosto	Janeiro	Maio	Total
Positivo	10	5	2	17
Negativo	13	7	6	26
Criativo	2	1	/	3
Citação	5	3	/	8
Neutro	10	4	2	16
Total	40	20	10	70
A Bola	Agosto	Janeiro	Maio	Total
Positivo	13	5	3	21
Negativo	9	2	4	15
Criativo	2	1	/	3
Citação	2	1	/	3
Neutro	8	5	3	16
Total	34	14	10	58
O Jogo	Agosto	Janeiro	Maio	Total
Positivo	11	5	/	16
Negativo	16	9	5	30
Criativo	2	1	/	3
Citação	3	3	1	7
Neutro	15	7	6	28
Total	47	25	12	84

Quadro 3.4 – Natureza dos títulos

Fonte: Elaboração própria

Para uma melhor compreensão dos parâmetros que nortearam a classificação da categoria “natureza do título”, serão, de seguida, fornecidos alguns exemplos dos vários tipos de títulos considerados para esta investigação.

«*A FALÊNCIA TOTAL DA TECNOLOGIA*» – *Record*, 10 janeiro 2018

Na crónica do encontro entre Belenenses ao Boavista, o título escolhido para ilustrar os acontecimentos do jogo, veicula claramente uma intenção crítica para com a atuação do vídeoárbitro. Desta feita, estamos perante um exemplo de um título negativo.

«*UMA VARINHA MÁGICA A SELAR ESTA LOUCURA*» – *Record*, 13 janeiro 2018

Um exemplo de um título de natureza criativa. Neste caso, observa-se um jogo de palavras entre “varinha mágica” e VAR. Constata-se que a inclusão da expressão “varinha mágica” tem, neste contexto, o intuito de dar conta de que o VAR teve um papel determinante no desfecho desta partida, isto é, teve o “condão” de alterar, de forma determinante, o resultado final.

«*“O VIDEOÁRBITRO SERVE PARA CRIAR DÚVIDAS?”*» – *O Jogo*, 13 agosto 2017

No rescaldo do jogo que opôs o Braga ao Benfica, o treinador dos minhotos, Abel Ferreira, questionou a utilidade desta ferramenta, fazendo referência a vários lances que no seu entender, foram mal ajuizados tanto pelo árbitro, como posteriormente pelo vídeoárbitro. A incorporação de um trecho da sua conferência de imprensa no título da notícia representa um título-citação.

«*SOARES DIAS E TIAGO MARTINS CONFIRMADOS NO VAR*» – *A Bola*, 1 maio 2018

Os títulos que não vinculem qualquer juízo valorativo, foram classificados como neutros. Como demonstra o exemplo acima descrito, este é um título meramente informativo, na medida em que não tem qualquer tipo de carga – positiva ou negativa – associada.

«*VÍDEOÁRBITRO EXPULSOU (BEM, DIGA-SE) JOSUÉ*» – *A Bola*, 15 agosto 2017

Um exemplo de um título de índole positiva. Estamos perante o reconhecimento de uma decisão acertada por parte do vídeoárbitro. Num dos quatro campos de intervenção do VAR, a expulsão do jogador Josué foi da total responsabilidade do vídeoárbitro. Após a decisão inicial do árbitro da partida em admoestar o jogador com cartão amarelo, o vídeoárbitro entrou em ação e corrigiu a cor do cartão, passando de amarelo para vermelho.

	Antetítulo	Título	Subtítulo	<i>Lead</i>	Total
<i>Record</i>	16	41	16	4	77
<i>A Bola</i>	2	39	19	2	62
<i>O Jogo</i>	13	54	14	8	89
Total	31	134	49	14	228

Quadro 3.5 – Palavra(s)-chave

Fonte: Elaboração própria

Como se pode constatar pela tabela de cima, registaram-se 228 ocorrências das palavras-chave definidas para esta investigação. O título foi, por larga margem, o indicador onde mais frequentemente (60% ou 134 vezes) foram encontradas referências às palavras VAR, vídeo-árbitro ou vídeoárbitro. Estes valores acabam por ser esperados na medida em que, tal como mencionado anteriormente, o título é o principal ponto de referência numa notícia.

A nível gráfico, um dos principais indicadores da relevância e interesse que um determinado assunto gera é, para além da presença na primeira página do jornal, o número da página (par ou ímpar) em que as peças estão localizadas. Historicamente, as páginas pares (também apelidadas de entrada), estão reservadas para as notícias consideradas de “segunda linha”, notícias que, apesar de interessantes, são superadas por assuntos mais em voga. Por oposição, as páginas ímpares são guardadas para os assuntos mais importantes do dia. Como tal, a quantificação do número de peças alocadas em páginas ímpares revelou-se mais um aspeto importante para dar solidez a esta investigação. Assim sendo, contaram-se 98 peças em páginas ímpares, o que se traduz numa percentagem de 46%. No que diz respeito ao jornal *Record*, contam-se 33 notícias em página ímpar e 37 em página par, num total de 70 peças analisadas. Relativamente ao *O Jogo*, registaram-se 39 peças em página ímpar e 45 em página par. Em relação ao jornal *A Bola*, foram contabilizadas 30 peças em páginas ímpar e 28 em páginas par.

Recorrendo aos dados da Tabela 3.1, foi realizada uma análise mais específica em relação ao número de peças positivas e negativas presentes em páginas ímpares. Tal como é observável na Tabela 3.6, em relação ao número de peças negativas, registou-se um total de 29 notícias com um sentido negativo colocadas em página ímpar num universo total de 80 peças com sentido negativo, isto é, 36% das notícias com um sentido pejorativo em relação ao VAR estão colocadas nas páginas de saída. Por comparação, a percentagem de notícias com sentido positivo colocadas em páginas ímpar atingiu os 39%, resultantes de um total de 37 notícias positivas em páginas ímpares num universo total de 95 notícias positivas.

	<i>Record</i>	<i>A Bola</i>	<i>O Jogo</i>	Total
Negativas	9	8	12	29
Positivas	8	15	14	37

Quadro 3.6 – Notícias em páginas ímpares

Fonte: Elaboração própria

O indicador mais básico para averiguar a importância de uma notícia prende-se com a avaliação da sua dimensão. Tal como explicado no capítulo II, para aferir a dimensão de cada peça foram estabelecidas quatro possibilidades. Assim sendo, em 47% das situações, as peças não ocuparam mais do que um quarto da página, sendo, portanto, incluídas na categoria “Pequena”. Em segundo lugar, com 74 peças (ou 35%), surge a categoria “Grande”. De acordo com as orientações delineadas para esta investigação, esta compreende os textos que ocupam mais de metade da página. No terceiro lugar do pódio, registando uma percentagem de 16%, encontram-se as peças cuja dimensão se situa entre um quarto e metade da página, sendo incorporadas na categoria “Média”. Por fim, somente 2% das notícias, registaram um tamanho superior a uma página, sendo integradas na categoria “Muito Grande”. Com exceção da categoria “Pequena” em relação ao jornal *O Jogo*, a nota de destaque é mesmo o equilíbrio que se verifica nas restantes categorias. As categorias “Pequena” e “Grande” dos jornais *A Bola* e *Record* registam valores muito similares, sendo de salientar uma bipolarização no que toca à dimensão das peças destes jornais. Comparando o número de peças de dimensão “pequena” com o número de peças de dimensão “grande” no jornal *Record*, conclui-se que existe uma variação de 1%, uma percentagem extremamente baixa atendendo às circunstâncias. Também o jornal *A Bola* regista valores semelhantes quando comparados estes parâmetros, verificando-se uma variação de 5%, uma percentagem ligeiramente acima daquela registada pelo *Record*, mas também ela reduzida.

	Pequena	Média	Grande	Muito Grande	Total
<i>Record</i>	28	10	29	3	70
<i>A Bola</i>	24	12	21	1	58
<i>O Jogo</i>	47	13	24	/	84
Total	99	35	74	4	212

Quadro 3.7 – Dimensão das peças

Fonte: Elaboração própria

Finalmente, foi também considerada a categoria “Acompanhamento Visual”. Tal como assinala Gradim (2000), este é um dos aspetos mais preponderantes na estruturação de uma peça. Não obstante, apenas 134 das 212 peças em análise incluiu uma fotografia ou um infográfico (ou ambos). Valores que representam uma percentagem de 63%, abaixo do que inicialmente era expectável. Primeiramente, e tal como sublinhado pela autora supracitada, a fotografia «vale mais do que mil palavras [...] confirma, comprova, verifica os dados apresentados na notícia; e, se bem conseguida, deverá ser um objeto com valor estético autónomo» é, portanto, um elemento fulcral e indispensável para um melhor entendimento da peça em questão. Em segundo lugar, tendo em consideração o contexto que está associado ao vídeoárbitro, isto é, tratando-se de uma ferramenta tecnológica e intrinsecamente ligada ao aspeto visual, era expectável que existisse uma maior percentagem de peças auxiliadas por elementos visuais.

	Fotografia	Infográfico	Legenda
<i>Record</i>	46	1	33
<i>A Bola</i>	37	/	34
<i>O Jogo</i>	50	2	38

Quadro 3.8 – Acompanhamento visual

Fonte: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário encontrado por esta investigação, sugere que o tratamento jornalístico dado ao vídeoárbitro em Portugal por parte da imprensa escrita desportiva, fica marcado por um equilíbrio geral entre o número de peças com sentido positivo e negativo. Apesar disso, uma análise mais pormenorizada a cada um dos jornais permitiu concluir que existem diferenças substanciais entre os três jornais. O jornal *O Jogo* é aquele que regista mais peças com sentido negativo, apresentando quase o dobro de peças negativas por comparação com as positivas (42 contra 22). A análise ao jornal *Record* sugere um equilíbrio entre estas duas variáveis, com as peças de cariz positivo a apresentarem alguma vantagem (31 contra 22). O jornal *A Bola* conta com a maior percentagem de peças positivas (50%) entre os três jornais.

A segmentação de cada um dos géneros jornalísticos permitiu uma análise mais pormenorizada. Um dos géneros em destaque nesta investigação foi a opinião. Tratando-se de um género que promove a tomada de posições pessoais e também editoriais, a opinião é um excelente indicador numa análise de conteúdo. Com a análise dos artigos de opinião, concluiu-se que existe uma clara predominância dos artigos com sentido pejorativo por comparação com aqueles que veiculam um sentido positivo. O *O Jogo* foi, novamente, o jornal com maior número de artigos com sentido negativo, seguido pelo *Record* e pelo jornal *A Bola*. Importa realçar que os resultados encontrados na análise a esta categoria se coadunam com os resultados globais desta investigação, sendo notória a tendência para o jornal *O Jogo* veicular uma opinião desfavorável em relação ao VAR, o *Record* apresentar valores equilibrados e a *A Bola* a ser o jornal que menos peças negativas produz. É possível concluir que os artigos de opinião de cada um dos jornais espelham a sua própria linha editorial, sendo igualmente constatável que cada jornal adota um tratamento e posicionamento diferente relativamente ao vídeoárbitro.

Também as categorias de natureza gráfica desempenharam um papel importante na quantificação dos elementos visuais presentes nas peças analisadas. Seguindo o modelo de Larequi (1994, *apud* Damasceno, 2013), a localização das peças permitiu classificá-las de acordo com o seu grau de importância, nomeadamente através da análise da sua centralidade, mas também a página – par ou ímpar - onde está colocada a notícia. Também a dimensão das peças foi alvo de análise. Com a elaboração desta categoria, pretendeu-se compreender o espaço que é dado ao VAR nas páginas dos jornais. Em suma, a inclusão destes elementos confere maior alcance à presente investigação.

Considerando os números apresentados pelo estudo *Does the implementation of VARs improve the game?*, é possível concluir que os erros cometidos pelo vídeoárbitro em Portugal têm uma grande repercussão nos jornais desportivos em Portugal. Tendo em consideração que, de acordo com o estudo supracitado, o nível de acerto com a implementação do VAR subiu cinco pontos percentuais, atingindo os 95,3% de eficácia nas decisões da equipa de arbitragem – um número a roçar a perfeição –, o volume de peças com sentido negativo (80 peças, aproximadamente 41% do universo total), é bastante significativo.

Atendendo à melhoria factual que a introdução do vídeoárbitro produziu nas arbitragens portuguesas, o equilíbrio entre peças negativas e positivas, demonstra que existe uma preferência pelas situações negativas, isto é, aquelas onde se verificaram erros na leitura dos lances suscetíveis de serem analisados pelo VAR. Tal como assinala Wolf (2006: 207), que cita Galtung e Ruge (1965, p. 119), «quanto mais negativo, nas suas consequência, é um acontecimento, mais probabilidades tem de se transformar em notícia». A máxima «*bad news is good news*» (Wolf, 2006: 207) sintetiza esta ideia de que as situações que «constituem e representam uma infração, um desvio, uma rutura do uso normal das coisas (Wolf, 2006: 207, *apud* Galtung e Ruge, 1965, p. 119) são aquelas que maior interesse suscitam nas redações. Não surpreende, portanto, que o tratamento jornalístico a uma peça jornalística que retrate uma intervenção negativa do VAR tenha um destaque muito superior por comparação com aquelas que aplaudem a sua prestação. Os dados acima apresentados são compreensíveis à luz dos critérios de valor-notícia preconizados por Wolf (2006).

A realização desta investigação teve também em consideração uma perspetiva de futuros projetos relacionados com a temática do vídeoárbitro, nomeadamente a possibilidade de realizar uma análise à forma como os “três grandes” abordam a prestação do VAR consoante o resultado obtido (positivo ou negativo). Seria igualmente interessante perceber a representação que os restantes clubes que compõem a Primeira Liga Portuguesa têm nos três jornais desportivos portugueses na temática do VAR. Para tal, creio que um estudo que abranja um espaço temporal mais alargado, juntamente com o recurso a outros métodos de recolha de informação – como a entrevista – poderá ser importante para o aprofundamento e enriquecimento das conclusões aqui apresentadas.

BIBLIOGRAFIA

- Abiahy, Ana (2005), “O jornalismo especializado na sociedade da informação” (online), consultado em 12/03/2019. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahy-ana-jornalismo-especializado.pdf>
- Andréu, Jaime (2001), “Las técnicas de análisis de contenido: Una revisión actualizada”, (online), *apud* Bruno (2017), “Os conteúdos em análise: teorias e práticas da análise de conteúdo” (online), consultado em 12/02/2019. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3162/1/Carriço%20Reis%20%20Os%20conteúdos%20em%20análise.%20Teorias%20e%20práticas%20%20da%20análise%20de%20conteúdo.pdf>
- Bardin, Laurence (2016), *Análise de Conteúdo*, Tradução de Luís Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa, Edições 70
- Barreto, Ana (2012), “Eye tracking como método de investigação aplicado às ciências da comunicação”, *Revista Comunicando*, (online), vol.1 (1)
- Bauer, Martin e George Gaskell (2008), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*, Tradução de Pedrinho A. Guareschi, Rio de Janeiro, Vozes
- Berelson, Bernard (1952), *Content analysis in communication research*, Nova Iorque, Hafner Press, *apud* Laurence Bardin (2016), *Análise de Conteúdo*, Tradução de Luís Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa, Edições 70
- Berger, Asa (2016), *Media and communication research methods: An introduction to qualitative and quantitative approaches*, Thousand Oaks, Sage Publications Inc
- Bourdieu, Pierre (1997), *Sobre a televisão*, Oeiras, Celta Editora, *apud* Nelson Traquina (2005), *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*, Florianópolis, Insular
- Boyle, Raymond (2006), *Sports Journalism: Context and Issues*, Thousand Oaks, Sage Publications Ltd
- Cascais, Fernando (1999), Prefácio em Luís Sobral e Pedro Magalhães, *Introdução ao jornalismo desportivo*, Lisboa, Cenjor
- Conde, Berganza (2005), *Periodismo Especializado*, Madrid, Ediciones Internacionales Universitarias *apud* Frederico Tavares (2009), “O jornalismo especializado e a especialização periodística” (online), consultado em 13/04/2019. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>.
- Creswell, John (2007), *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*, Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha, Porto Alegre, Artmed
- Damasceno, Patrícia (2013), “Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos” (online), consultado em 07/02/2019. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf>
- Delgado, Evandro (2017), “Acha que sabe tudo sobre o videoárbitro? Conheça as regras e quando deve intervir” (online), consultado em 24/04/2019. Disponível em: <https://desporto.sapo.pt/futebol/prime>

[ira-liga/artigos/acha-que-sabe-tudo-sobre-o-videoarbitro-conheca-as-regras-e-quando-o-var-deve-intervir](#)

Dias, Sónia (2019), “CM conquista quota história de 62,4%”, (online), consultado em 24/03/2019.

Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/tv-media/detalhe/cm-conquista-quota-historica-de-624>

Dias, Sónia (2018), “CM já é lido por quase um milhão de pessoas” (online), consultado em 24/03/2019.

Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/tv-media/detalhe/cm-ja-e-lido-por-quase-um-milhao-de-pessoas>

Fontcuberta, Mar (2010), *A Notícia: Pistas para compreender o mundo*, Lisboa, Editorial Notícias

Galtung, Johan e Mari Ruge (1965), “The Structure of Foreign News”, *Journal of Peace Research*, vol. 1, *apud* Mauro Wolf (2006), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença

Gao (1996), *Content Analysis: A Methodology for Structuring and Analyzing Written Material*, Washington D.C *apud* George Rossi *et al.*(2014), “Análise de Conteúdo” (online), consultado em 10/06/2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307716548_Analise_de_Co_nteudo

Gomes, Duarte (2017), *Kickoff*, Lisboa, Prime Books

Gradim, Anabela (2000), *Manual de Jornalismo*, Covilhã, Universidade da Beira Interior

Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - Sentidos e formas de uso*, Estoril, Príncipia Editora

Gruszynski, Ana (2010), “Jornal Impresso: Produto Editorial Gráfico em Transformação”, comunicação apresentada no XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado no âmbito da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Caxias do Sul, 2 a 6 de Setembro de 2010, São Paulo, *apud* Patrícia Damasceno (2013), “Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos” (online), consultado em 10/01/2019. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf>.

Hardwood, Tracy e Tony Garry (2003), “An Overview of Content Analysis” (online), consultado a 28/04/2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233543478_An_Overview_of_Content_Analysis

Helsen, Werner (2018), *Does the implementation of VARs improve the game?* (online), consultado a 30/03/2019 [via edição de 18/10/2018 do jornal Record]

Holsti, Ole (1969), *Content Analysis for the Social Sciences and Humanities*, Reading, Addison Wesley *apud* Laurence Bardin (2016), *Análise de Conteúdo*, Tradução de Luís Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa, Edições 70

Krippendorff, Klaus (2004), *Content Analysis: An introduction to its methodology*, Thousand Oaks, Sage Publications Ltd

Larequi, Jesús (1994), *El diseño periodístico en prensa diária*. Madrid, Casa Editorial, *apud* Patrícia Damasceno (2013), “Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos” (online)

- consultado em 10/01/2019. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf>.
- Latas, Rita (2017), *A hegemonia do futebol no jornalismo desportivo Estudo de caso: A Bola TV*, Dissertação de Mestrado em Jornalismo, Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social
- Leão, Isabel e José Rei (2000), *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto, Porto Editora, *apud* Ivo Neves (2016), *A (im)parcialidade na imprensa diária desportiva em Portugal: Os casos de FC Porto, SL Benfica e Sporting CP*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Porto, Faculdade de Letras
- Martins, Hugo (2008), *Imprensa Desportiva: Uma análise comparativa entre Portugal, Espanha e Itália*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
- Marsh, Emily e Marilyn White (2006), “Content Analysis: A Flexible Methodology” (online), consultado a 28/04/2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/32957977_Content_Analysis_A_Flexible_Methodology
- Monteiro, Diogo (2018), *O Jornalismo Desportivo: a (im)parcialidade na abordagem aos principais clubes de futebol em Portugal Análise nos programas «Jornal da Tarde» e «Telejornal»*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Porto, Faculdade de Letras
- Moriconi, Marcelo e Rita Teixeira-Diniz (2016), “Mitos, percepciones y actitudes frente a los resultados combinados en Portugal: Un estudio con énfasis en los árbitros y los hinchas” (online), consultado em 20/03/2019. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11883>
- Murta, Daniel (1997), *O Mercado Português dos Jornais Desportivos - descrição e modelização da rivalidade estratégica*, Dissertação de Mestrado em Economia Financeira, Coimbra, Faculdade de Economia
- Neves, Ivo (2016), *A (im)parcialidade na imprensa diária desportiva em Portugal: Os casos de FC Porto, SL Benfica e Sporting CP*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Porto, Faculdade de Letras
- Pinheiro, Francisco (2011), *História da Imprensa Desportiva em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento
- Quesada, Montse (1998), *Periodismo Especializado*, Madrid, Ediciones Internacionales Universitarias
- Quivy, Raymond e LucVan Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciência Sociais*, Tradução de João Marques, Maria Mendes e Maria Carvalho, Lisboa, Gradiva
- Reis, Bruno (2017), “Os conteúdos em análise: teorias e práticas da análise de conteúdo” (online), consultado em 12/02/2019. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3162/1/Carriço%20Reis%20-%20Os%20conteúdos%20em%20análise.%20Teorias%20e%20práticas%20da%20análise%20de%20conteúdo.pdf>
- Sem autor (2010), “Record – A história” (online), consultado em 30/09/2018. Disponível em: https://www.record.pt/historia-record/detalhe/20151221_1438_record--ahistoria?ref=História%20Record_DestaquesPrincipais

Sem autor (sem ano), “Video Assistant Referees (VARs) used live in competitions and leagues – background & scope” (online), consultado em 10/04/2019. Disponível em: <https://www.theifab.com/projects/vars/background-scope>

Sobral, Luís e Pedro Magalhães (1999), *Introdução ao jornalismo desportivo*, Lisboa, Cenjor

Traquina, Nelson (2005), *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*, Florianópolis, Insular

Vala, Jorge (1999), “A análise de conteúdo”, em Augusto Silva e José Pinto (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento

Vidal, Sara *et al* (2017), “Quando a análise de conteúdo ‘vai mais além’: análise de textos escritos por mulheres n'O Ilhavense” (online), consultado em 07/02/2019. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2592/2501

Weber, Robert (1990), *Basic Content Analysis: Quantitative Applications in the Social Sciences*, Thousand Oaks, Sage Publications Inc

Wolf, Mauro (2006), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença